

ENTREVISTA

CARLOS RODRIGUES BRANDÃO

PARTE 1

POR ANDRÉ SOUZA MARTINELLO

Nas apresentações dos seus livros, você costuma dizer que nasceu em 1940, em Copacabana. Você poderia falar um pouco da sua infância, da sua família e o que tudo isso influenciou na sua trajetória?

Isto pede uma resposta longa. Minha história – começando antes de mim - é assim. Eu nasci no Rio de Janeiro, do encontro do meu pai com minha mãe, claro, que vieram de fora. O meu pai, de uma família mais rica, meu avô, engenheiro da Central do Brasil. Inclusive, o nome daquela cidade, Suzano, que fica ao lado de Mogi das Cruzes, é em homenagem a ele, pois meu avô se chamava Joaquim Augusto Suzano Brandão. "Engenheiro Suzano", hoje em dia é uma cidade grande. Meu pai nasceu em Mogi das Cruzes, depois de meu avô aposentado, toda a família veio para o Rio de Janeiro.

Meu avô veio com a família para o Rio de Janeiro e construiu, inclusive, um Edifício Suzano, que existe até hoje em uma ruazinha calma em Copacabana, onde eu nasci. Onde eu vivi os dez primeiros anos da minha infância.

Minha mãe veio do Rio Grande do Sul, de São José do Norte. Uma pequena cidadezinha que as pessoas de lá carinhosamente chamam de "vilinha", e que apesar do "Norte" do nome, fica no quase extremo sul do Brasil, entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos. Minha avó, pobre, quando o marido morreu, pegou os quatro filhos e veio de São José do Norte para abrir uma pensão no Rio de Janeiro, no Leme. Meu pai e minha mãe se conheceram através de parentes comuns. Mas antes disso minha mãe quase morreu afogada no mar, lá no Leme.

Então, eu nasci – sou mais velho de duas irmãs e dois irmãos – em 1940, nuns 14 de abril. Em alguns livros eu até brinco: "uma guerra mundial estava começando, mas eu juro que não tenho nada a ver com isso". Vivi o que se poderia chamar uma típica infância de "menino do Rio", no bom sentido da palavra. Uma família de classe média estável, com muitos tios e primos. E ao longo dos anos crescemos juntos.

Eu morava em um apartamento, e minha madrinha, irmã de meu pai, tinha um casarão na Rua Inhangá, com um quintal enorme. Havia até mesmo uma pedreira no quintal. E na mesma rua, havia um outro casarão de um meu tio avô, e um tronco familiar grande, todos vindos de São Paulo. Eu cresci nos quintais dessas duas casas, e entre os espaços que eram muitos naquele tempo em Copacabana. Minha rua - na verdade uma encantadora ladeira que terminava num "morrinho" lugar de infinitas brincadeiras de meninos - ficava muito perto da praia, no que era chamado o "Posto Dois e Meio" um pouquinho pra cá do Copacabana Palace.

Vivi uma infância e uma juventude típicas de um "menino do Rio". Até onde me lembro e até onde minha mãe me reconta, fui sempre um garoto feliz, alegre, muito "levado" e, no colégio, muito "mau aluno". Essa é uma história curiosa em minha vida. Inclusive, eu escrevi um artigo com este nome: "*A turma de trás*",¹ *uma antropologia da bagunça na escola*. Ele foi publicado no livro do Regis de Moraes, chamado *Sala de aula: Que espaço é esse?*, que está na 22ª edição. Eu fui até meus 17 anos um terrível "mau aluno". Cheguei a ser expulso do Colégio São Bento. E me consola saber que o mesmo aconteceu com Carlos Drummond de Andrade, também expulso de um outro colégio católico. Guardadas as proporções, fomos à distância companheiros de travessuras e de infortúnio. Fora o fato de que ele viveu boa parte de sua vida na mesma Copacabana dos meus primeiros dez anos.

1 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "A turma de trás". In: MORAIS, Regis de (Org.). *Sala de aula: que espaço é esse?* Campinas (SP): Papiurus, 1986. p.105-122.

Por que Brandão? O que você fez?

Eu fui por muito tempo sempre muito “levado”, ou “mal comportado”, como se dizia entre pais e professores na época. E tanto os meus tios mais velhos quanto, os meus professores – professoras, em maioria - ficavam sempre intrigados, porque eu era, ao mesmo tempo, muito “travesso”, mas também muito alegre, muito amoroso, muito “gentil”. Então, de acordo com lembranças de minha mãe, todo mundo gostava de mim, ao mesmo tempo em que eu vivia sendo castigado em casa e nas escolas. E o curioso também, é que estudando muito pouco, eu gostava muito de escrever, desde bem cedo. Imagine que poucos meses antes de ser expulso do Colégio São Bento, eu ganhei lá, aos oito anos de idade, um prêmio por uma redação com este tema: "o batismo".

Menino ainda, eu de repente resolvi ir para a Aeronáutica. Eu queria ser piloto de caça. E isto causou mais um reboliço em minha família. Nela havia pessoas ligadas à marinha, oficiais de marinha. Nessa ocasião, um primo-irmão bem mais velho, era o comandante do Colégio Naval, em Angra dos Reis. E, veja só, eu, um precário aluno, fiz concursos para a marinha e para a aeronáutica, e até hoje não sei como consegui passar nos dois concursos. Para espanto de toda a minha família, eu escolhi a aeronáutica.

Tinha então quinze anos de idade, e já morava na Gávea, numa casa linda na Rua Cedro. Uma rua-ladeira no meio da floresta. Ao lado do nome oficial: "Rua Cedro", minha rua era conhecida como "Buraco Quente", ou "Penico dos Anjos", pois naquele tempo lá chovia muito. Acho que chove até hoje. E uma das minhas mais queridas lembranças de lá é a da chuva carioca chegando de longe, e o seu sonoro ruído na “mata da Gávea”. A “Cedro” era um “buraco”, realmente. Uma rua de paralelepípedos no meio da mata.

Eu costumo dizer que entre criança e jovem eu só morei em pequenos paraísos terrenos. Porque Copacabana era então um pacato lugar calmo e encantador. E a minha Gávea era então uma rua com cinco casas, e tudo o mais eram para nós, os meninos da “Turma da Cedro”, terrenos baldios (inesquecíveis) matas, florestas. Eram cenários não muito diferentes dos que vemos entre revistas e filmes de antigas aventuras. Aventuras que foram por muito tempo o sonho de minha infância e juventude. Há, inclusive, um livro meu, chamado *O vôo da arara azul*², No segundo capítulo dele, sob este nome: *entre sanhaços, sagüis e sabiás*, eu narro o que chamo de “minha biografia natural”. Lá estão as primeiras (ou segundas) vivências que anos mais tarde me levaram ao “mundo rural”.

2 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O vôo da arara azul*: escritos sobre a vida, a cultura e a educação ambiental. Campinas, Editora Autores Associados, 2007.

Bom, então com quinze anos eu fui para a Aeronáutica. Virei militar aos 15 anos! Fui para Barbacena, em Minas Gerais. Para a *Escola Preparatória de Cadetes do Ar*. Fui de novo um muito precário estudante e um péssimo aprendiz de “militar”. Acho mesmo que iria ser expulso, se não saísse da *EPC do Ar* por um outro meio, ou seja, através de um acidente. Nas férias de verão, em um janeiro de 1957, mergulhando num rio, na verdade, em um ribeirão, eu bati com a cabeça em uma pedra e fracturei a coluna cervical.

Um tio querido, irmão mais velho de meu pai, tinha um sítio em Itatiaia, no caminho do Parque Nacional do Itatiaia. Um dos lugares mais belos de natureza que eu conheço, dos muitos cantos do mundo por onde andei, até hoje. Eu costumo dizer que se eu morrer e puder escolher entre o céu e aquela região de Itatiaia, eu prefiro ficar lá em Itatiaia. Lá vivi, entre irmãs, primas, primos e amigas e amigos, todas as travessuras possíveis. Lá aprendi inclusive, após o meu acidente da coluna, a escalar montanhas. Eu já sabia nadar muito bem. Aprendi a nadar desde menino pequeno, pequeninho, em Copacabana, na praia. E era muito aventureiro em meus mergulhos. Não havia canto de pedras e águas do Arpoador, entre Copacabana e Ipanema, onde eu não tivesse mergulhado muitas vezes. Mas foi mergulhando

no ribeirão Campo Belo (belo mesmo!) que eu bati com a cabeça na pedra e quebrei a coluna. Foi um acidente muito grave. Fui operado no Hospital da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, e fiquei um ano engessado, da barriga à coluna, durante quase todo o ano de 1957.

Foi quando eu vivi uma espécie de pequena, mas decisiva "conversão interior." Algo que depois eu li em livros piedosos que costuma acontecer com homens santos e, veja só, aconteceu comigo. Durante este ano de pausa na vida e de convalescença prolongada, em que fiquei muito tempo sozinho, eu me tornei uma pessoa pacífica (foi-se o "terrível Carlos", também chamado de: "Russo" ou "Alemão"), um jovem meditante, sereno e silencioso. Um leitor infatigável de livros – o que eu já era antes - e um aprendiz de escritor. Passava longos momentos sozinho e me tornei um rapaz muito espiritualizado e mesmo religioso.

Minha família é católica e muito tradicional, sobretudo o ramo paulista de meu pai. O de minha mãe também, mas um tanto menos. Eu me tornei profundamente religioso. E, ao mesmo tempo, comecei a escrever textos (que eu imaginava livros) de poesia e de "meditação" (uma palavra muito comum entre os anos cinqüenta e sessenta). Eu já escrevia desde mais ou menos uns treze anos de idade. Mas eu comecei então a escrever "a sério". Aos quinze anos, pouco antes de "ingressar na aeronáutica", fiz um curso de datilografia em Pouso Alegre, durante umas férias, e me pai de deu a velha máquina de escrever que fora sua por muitos anos. E ela foi minha por mais muitos outros anos. Eram tempos em que relações entre pessoas, e entre pessoas e coisas, duravam muito.

Desde a época com dezessete, dezoito anos, nós éramos uma turma de amigos muito unidos lá na Rua Cedro. Estávamos sempre juntos, rapazes, moças, entre brincadeiras e namoros, em geral com "meninas" de outras ruas próximas, na Gávea.

Foi quando eu tirei o gesso, me recuperei e, em 1958, saído da *EPC do Ar*, retornei à vida civil e aos estudos no colégio. E

voltei para o Colégio Andrews, onde estudei a maior parte da minha vida. Eu estudei em uns cinco colégios cariocas, mas onde eu fiquei mais tempo foi no “Andrews”, um velho colégio de frente para a Praia de Botafogo. Ele existe ainda lá, no mesmo lugar. Foi então quando nem os meus velhos e novos professores acreditaram no que viram. Pois quando eu saí de lá, lembro que eu era uma espécie de “capitão da bagunça”. E voltei ao colégio completamente “outro”. Matriculei-me no “Clássico”, pois naquele tempo havia cursos: Clássico, Científico e Normal. E logo no primeiro ano do retorno fui um dos estudantes mais “aplicados” (expressão muito comum naqueles tempos).

Neste tempo eu já gostava muito de escrever. Já que não poderia voar como piloto, comecei a escalar montanhas. Uma coisa que até hoje eu gosto muito é de cenas de montanhas em filmes. Eu me tornei excursionista e, depois, escalador de montanha. Fiz inclusive cursos de guia excursionista e de guia escalador, com um ano de duração cada um e com duras provas no de guia escalador. Escalei muitas vezes e por algum tempo. Ao lado de um embrião de vida de escritor, a prática do “montanhismo” foi aquilo a que mais me dediquei. Participei de conquista de um paredão. Uma difícil escalada na face de frente do “Irmão Maior do Leblon”.

Entre o menino escoteiro dos 11 aos 14 anos e o jovem excursionista e montanhista, vivi experiências muito interessantes. Vivi uma vida ligada muito à natureza, muito antes de se falar em ambientalismo e em questão ambiental. Era muito ligado ao mundo da natureza, gostava muito de excursionar, de acampar, de escalar montanhas. Vivi anos assim, entre a saída da aeronáutica e dois anos após haver ingressado na *Universidade Católica do Rio de Janeiro*.

Mesmo após meu ingresso na universidade e na “militância” da *Juventude Universitária Católica*, eu permaneci muito ligado a este mundo de vivências e de aventuras “na natureza”. Desde os 17 e 18 anos, como disse antes, passei a viver uma vida muito

centrada, muito espiritual, muito meditativa. No entanto se houvesse feito psicanálise – o que nunca fiz, mesmo tendo cursado cinco anos de psicologia – talvez viesse a saber porque eu permaneci tão “amante do perigo”. Inclusive, escalando montanhas, umas duas vezes eu passei por grandes perigos. E aí começou a acontecer comigo uma coisa estranha. Eu comecei a ter um desejo enorme de solidão. Sonhava uma vida retirada e solitária. Cheguei mesmo a procurar um primo, oficial da marinha, para saber se ele conseguiria para mim um trabalho em algum farol no meio do mar. Algumas pessoas de minha família começaram a pensar que eu estava meio doente da cabeça. E, no entanto, eu vivia então alguns dos melhores anos de minha vida.

Qual era sua idade nessa transição? Você lembra quantos anos mais ou menos tinha?

Eu tive o meu acidente com a coluna em janeiro de 1957, com 16 anos. Mas o que eu lembro como uma “virada de vida” começou por volta dos meus 17 anos. Foi quando, saído da vida militar e de volta à liberdade do “ser civil”, eu comecei a viver um dilema, o da escolha de uma profissão. Como desde antes, e mais ainda após o acidente, eu gostava de escrever, sonhei ser um jornalista. Cheguei mesmo a rascunhar um livro à máquina de escrever. Um apanhado de crônicas, chamado “Páginas de um futuro jornalista”. Ele sumiu e nunca fez falta.

Mas, veja você, eu tinha um tio, meu tio Ernani, irmão de minha mãe, um tio muito querido. Gaúcho também, da mesma São José do Norte. O tio Ernani era formado em agronomia. Foi quando, em parte pelo meu apego ao mundo de natureza, em parte influência desse meu tio, eu comecei a sonhar ser um engenheiro agrônomo. Cheguei a fazer um ano de “cursinho” para o vestibular para agronomia. Naquele tempo os vestibulares eram seletivos. O de agronomia envolvia: física, química, matemática e biologia. Eu era péssimo em tudo aquilo, menos em biologia.

E justo no ano de 1960 foi aberto na *Federal de Viçosa* um primeiro curso de Engenharia Florestal. Eu fiquei muito empolgado com a notícia. Acho que disse para mim mesmo: “agora vai ser para mim, vai ser a realidade do meu sonho. Eu quero ir pro mato; meu sonho é esse, viver no mato, e este curso me levará para lá”. Todo mundo ao meu redor pensando em ir para São Paulo, meus primos médicos, oficiais de marinha, advogados, engenheiros, e eu então sonhando em morar no mato. Em algum lugar como Itatiaia. Nem uma cidadezinha eu queria; queria o mato mesmo. Um parque nacional, ou algo assim.

Foi quando aconteceu que eu desisti, uma semana antes do vestibular para agronomia. De um lado eu queria e sonhava com mundo da engenharia florestal. Ter enfim uma profissão que me levasse a viver no campo, no mato. De outro lado, de modo algum eu seria aprovado no vestibular para agronomia ou engenharia florestal. Então, em uma semana mudei por completo o rumo de minha vida e decidi, imagine só, fazer vestibular para filosofia, que na ocasião em nem sabia direito o que era. Peguei uns livros, estudei um pouco mais do que de costume. Era o final de dezembro, e o exame vestibular era em janeiro. Fiz e passei para a *PUC do Rio de Janeiro*

Foi então que minha vida deu uma outra grande virada. Eu entrei na PUC do Rio, em Filosofia, em março de 1961. Logo depois ingressei como um dos participantes da “equipe de filosofia” da *Juventude Universitária Católica*, a JUC. A JUC daquele tempo tinha pessoas como Betinho, frei Betto; e outras pessoas que depois se tornaram muito conhecidas. Eu sou da geração de toda esta gente: Marcos Arruda, Leonardo Boff, um pouco mais velho, Paulo Freire (que nunca foi de Ação Católica e que eu iria encontrar depois, na militância da educação popular).

E em 1962, no ano seguinte, eu resolvi que não ia ficar em Filosofia, pois desde meu ingresso na JUC em me imaginava em uma profissão mais próxima ao “social”. E então eu resolvi fazer o curso de Psicologia. Hoje acho que foi um pequeno grande

erro. Mas foi o caminho de meu ingresso, anos mais tarde, na antropologia. Mas, mais do que meus estudos de psicologia, sempre mais próximos de uma psicologia social, foi a *Ação Católica* e sua linha de ação social, logo depois, francamente política e “de esquerda”, quem me aproximou de estudos de cultura. E este passo foi completado com o meu ingresso, em 1963, no *Movimento de Educação de Base*. Conto isto logo a seguir.

Em 1962 eu estudo ainda filosofia junto com o curso de psicologia. Em 1963 eu abandono a filosofia e fico só com a psicologia. E no final deste ano, fui convidado para trabalhar no Movimento de Educação de Base. O *MEB* de algum modo constrói com a *JUC* o caminho que me leva, primeiro ao mundo rural (e não apenas o “mundo da natureza no campo”, como antes) e, depois, aos estudos de cultura e à antropologia. O *MEB* era então um dos principais *movimentos de cultura popular*. Era ligado à Igreja Católica, e logo tomou uma orientação crítica e francamente popular. Era (e segue sendo, pois existe ainda) um movimento de cultura e educação ligado à alfabetização no chamado “Brasil subdesenvolvido”, que aos nossos olhos ia de Minas, a Goiás, ao Mato Grosso, sobretudo ao Nordeste e, depois, à Amazônia.

Fui convidado para integrar o setor de “animação popular” do *Movimento de Educação de Base*. Permaneci dois meses como estagiário e depois fui contratado. Eu tinha então 23 anos e comecei minha vida de “educador popular”, ao mesmo tempo em que pela primeira vez tinha um trabalho e um emprego. Meu trabalho no *MEB* estava justamente ligado a comunidades populares rurais. Foi excursionando, acampando e escalando montanhas que eu conheci o “mundo da natureza” como uma vocação de vida. Foi nas viagens com o meu tio Ernani, pelo Sul de Minas, que pela primeira vez o “mundo da natureza” me apareceu como um “mundo rural”, entre sítios e sítiantes: pessoas, famílias, pequenas comunidades camponesas. E não apenas trilhas, cachoeiras e montanhas. Mas foi com o salto

da *JUC* para o *MEB* que o mundo cultural e político da “gente do campo” me bateu de frente. Comecei de fato a “trabalhar no *MEB*” em janeiro de 1964, depois de um “treinamento” em Garanhuns, Pernambuco, na terra do Lula. Em fevereiro deste ano uma cartilha do *MEB*, com este nome: “Viver é Lutar” foi literalmente apreendida pela polícia em uma gráfica no Rio de Janeiro. No dia 31 de março começou o tempo escuro da ditadura militar.

A escolha de atuar como animador em comunidades rurais foi uma opção sua?

Como eu lembrei antes, o meu setor no *MEB* tinha este nome: *Animação Popular*. A origem dela vinha de uma experiência da África, do Senegal. O *MEB* só trabalhava em zona rural. Havia inclusive um “*MEB Goiás*”, que Maria Alice, com quem vim a casar, coordenava. E nesta ocasião temos algumas experiências coletivas que mudam o rumo de minha vida. Uma delas foi meu vínculo com o *movimento de cultura popular* dos anos 60. Este “movimento” originado no “Brasil dos anos sessenta” e, depois, fortemente reprimido pelo regime militar, vai ter para mim três conotações muito importantes. A primeira é que ele vai dar um toque algo mais adulto e maduro em minha experiência existencial e religiosa, já que a *JUC* trabalhava com prioridade no contexto universitário, e era muito ligada a uma classe média estudantil. Éramos então uma “vanguarda de igreja” muito avançada para o seu tempo. Chegamos a nos considerar como uma frente revolucionária. Nós nos identificávamos como “socialistas cristãos”, apoiávamos Cuba e tudo o que representasse uma “superação do capitalismo”. Era então o tempo das “reformas estruturais”, e nós nos sentíamos intensamente envolvidos com elas, a começar pela “reforma universitária”.

Já o *Movimento de Educação de Base* era espaço de trabalho de profissionais, cristãos, que ‘lidavam’ diretamente com o povo.

Então, ele inaugurava para nós uma vivência aplicada e política muito forte, e que me marcou muito. Nosso principal assessor era o padre Henrique Vaz, que muitos consideram como o maior pensador do Brasil, em termos de filosofia. Em segundo lugar, o *MEB* vai me jogar de cara no mundo rural. É através dele, e não da antropologia, que surge depois em minha vida, que eu vou ingressar no mundo rural; que eu vou conhecê-lo através de suas pessoas, movimentos e lutas.

Como eu já lembrei, desde criança – e criança de Copacabana – eu conheci o campo. Desde cedo eu ia para Itatiaia com minhas primas e outros parentes. Ia andar de cavalo e nadar, namorar, tomar banho de rio, escalar montanhas. Relembro que anos depois eu fui com meu tio, agrônomo, conhecer a gente rural do Sul de Minas. Mas foi com a experiência dos movimentos de cultura popular que eu descobri a “cultura do povo” E foi com o *MEB* que eu fui jogado no mundão rural. Que eu fui conviver com uma gente entre o Nordeste e o Centro-Oeste que mais tarde vai dar origem aos movimentos sociais no campo, os sindicatos rurais – em um primeiro momento criados e “animados” por alguns setores de esquerda da Igreja Católica e, mais adiante, o próprio MST.

E este é o outro rumo que se abre para mim. É através deste trabalho que me carrega do “mundo universitário” para o “mundo da educação popular”, que eu entro na educação. Ingresso no universo da educação popular, que vai nascer para mim no *MEB*.

Creio ser um caso um pouco raro devido ao meu percurso. Embora em meu curso de psicologia na PUC do Rio eu tenha feito duas disciplinas de antropologia – uma delas com Manoel Diegues – a influência acadêmica em minhas escolhas foi muito pequena. Por outro lado, os momentos de cultura popular trazem a cultura da rua para a rua. Colocam o que antes era “folclore” residual como um “trabalho político e revolucionário através da cultura”. E este será o terceiro elemento, a porta aberta

do terceiro rumo: o mundo rural, a educação e, agora, a cultura popular. A “cultura” me aparece do portão da universidade para fora.

Nos MCPs, no MEB, pelo qual eu saio pelo Brasil gravando “folclore” no campo, para depois trabalharmos “aquilo” como educação popular. Acredite que de forma fortemente pioneira, desde 1961, quando não havia ainda sequer um curso de pós-graduação em antropologia, já o MEB tinha um antropólogo em seu quadro, Wilson Hargreaves, e todo um trabalho pedagógico de base antropológica. Estávamos vinte anos á frente do que a universidade me ensinou mais tarde... E não sabíamos. Ou sabíamos e os militares nos calaram?

Muito antes e com muito mais força do que a universidade, a “cultura” primeiro me aparece através da UNE; do “Violão de Rua” (poesia de vanguarda política); dos momentos pioneiros do que era então a “música de protesto” e veio a ser logo depois uma das origens da MPB com Carlos Lira, Geraldo Vandré e outras e outros; do “Teatro do Oprimido” de Augusto Boal (o grande esquecido!); de “Arena Conta Zumbi” e “Opinião” (Maria Bethânia cantando com Zé Kéti e João do Vale), das experiências inovadoras da primeira equipe de Paulo Freire no Nordeste, quando pela primeira vez fazemos interagirem uma busca de raízes populares da cultura (entre erros e acertos) e uma “educação libertadora”.

Desde o começo os movimentos de cultura popular não são experiências apenas no campo da educação. Tanto assim que a própria expressão: “educação popular” vai aparecer bem mais tarde. E ela vem, como as experiências pioneiras de cultura popular, em boa medida “do campo para a cidade”. Naquele tempo quando se perguntava a um cantor, a um “poeta engajado”, a um militante do Partido Comunista, da JUC, ou da Ação Popular, o que ele fazia, era costume a resposta: “eu estou militando com cultura popular”.

E aquela “cultura popular” vai abrir caminhos coletivos e pessoais também para o mundo da arte. Por exemplo, eu vou entrar no MEB para trabalhar com animação popular, e de saída uma boa dose de meu trabalho vai ser com pequenas pesquisas de folclore, que nós passamos a chamar de cultura popular. Então, eu vou começar, muito canhestramente – porque eu não tinha naquele tempo nenhuma formação no campo – a fazer pesquisas com uns gravadorezinhos de fita e máquinas fotografias bem arcaicas. Documento fragmentos de Reisado em Pernambuco, de Folias de Reis em Goiás. Retomo o que disse antes. É através deste precário começo, em 1964 que vou viver, de um lado, um primeiro contato com fragmentos de múltiplas “culturas do povo”.

Por outro lado, e também, por influência das idéias e proposta dos movimentos de cultura popular, que boa parte de meu tempo de “estudante e militante” vai estar ligado à educação, militância. E tudo isso mesclado com diferentes vivências entre a ciência (na psicologia de então, fortemente experimental e cientificista, em minha formação) a educação e a arte.

E esta mescla de olhares, de vocações e de trabalho me acompanha até hoje. Dentro e fora da universidade (ela própria muito mais “incandescente” do que hoje em dia) lidávamos ao mesmo tempo com Marx, com Freud, com Teilhard de Chardin, com Pablo Neruda, com Augusto Boal, com Paulo Freire, com Carl Rogers e com Darcy Ribeiro.

E, tanto em minha vida como nos cenários culturais que eu habitava esta mescla inacreditável hoje, vai dar origem ao que vai aparecer logo depois, entre a educação, a antropologia e a arte. Relembro nomes: Vandré, Carlinhos Lyra, Maria Bethânia, Paulo José e tantos outros. Eu conheci Dina Sfatt e Paulo José garotos, eram estudantes fazendo *Arena contra Zumbi*. O que sabendo ou não chamávamos de uma arte popular. Uma estrada de dupla mão: ir ao campo aprender “com o povo” o que ele estava criando e cantando. E, depois, criar uma arte cultural

revolucionária. As experiências de cordel militante e popular do Nordeste.

O MEB vai se envolver muito com tudo isso. Naquele tempo não usávamos muito o termo: “música de protesto”, que tinha um ar de “coisa de gringo” (vide os anos setenta). Mas eu me formei ouvindo, além dos brasileiros, outros: Joan Baez, Victor Jara, Violeta Parra, poetas como Pablo Neruda e Mario Benedetti. Vivíamos dentro de um mundo de arte, e de uma música e uma poesia “engajadas”, com artistas como Daniel Viglietti e Aníbal Ponce, do Uruguai. Tenho até hoje e sempre re-ouço discos do Daniel Viglietti, de Victor Rara, que morreu no Chile atrozmente torturado. Toda uma geração. Quem lembra bem tudo isto em seus livros é Eduardo Galeano, inclusive, temos a exata idade; parte de uma mesma geração. Galeano também é de 1940. Isso para nem mencionar os muitos autores e atores aqui do Brasil que sentíamos muito próximos a nós e a nossos. Lembro dois, entre tantos: João Cabral de Melo Netto (o de “Vida e Morte Severina” que o TUCA da PUC de São Paulo transformou em uma peça memorável) e Glauber Rocha.

Em 1966 eu estou no quarto ano de meu curso de Psicologia e “milito” de forma ativa na Juventude Universitária Católica e no Movimento de Educação de Base. E alguns de meus “companheiros de militância” fazem então uma crítica feroz a mim, porque a psicologia naqueles tempos era considerada uma “ciência para burgueses”. Estudo psicologia e, ao mesmo tempo, estou estudando temas, teorias e propostas de “revolução social”.

Por este tempo eu tive uma também breve ligação com os momentos de criação da Ação Popular, que originalmente foi um movimento político criado em parte pela JUC, para ser o braço político da juventude católica. Eu estou cursando psicologia quando em 1964, com o golpe militar, todos os movimentos populares começam a ser violentamente reprimidos.

Logo, em 1966, Paulo Freire é exilado, Ernani Maria Fiori – gaúcho e um mentor intelectual do Paulo Freire, o Francisco

Weffort, todo esse pessoal é exilado. Artistas e cantores também irão ser perseguidos, e alguns irão mesmo sair do Brasil. O próprio Caetano Veloso passa um tempo fora, o Geraldo Vandré, que depois vai fazer uma estranha retratação pública, obrigado pelos militares. O Augusto Boal passou anos no exílio. E tantas e tantos outros e outras. Eu mesmo tive amigos mortos, presos, desaparecidos, exilados. Marcos Arruda, amigo querido até hoje e então companheiro de JUC, é preso, violentamente torturado e vive depois um dos exílios mais longos de brasileiros.

Foi quando várias “pessoas da Igreja”, jovens estudantes, operários, camponeses e profissionais militantes, vão passar para a luta na clandestinidade. A *Ação Popular* vai se tornar um partido francamente revolucionário e “cai na clandestinidade”. E, então eu me caso com Maria Alice em Goiânia, interrompo no último ano o meu curso de psicologia e vamos para o México. Não exilados, mas com bolsas da UNESCO obtida pelo MEB, e para estudar alfabetização, educação de adultos e trabalhos comunitários. Vamos para um centro de estudos e formação de educadores da UNESCO, O CREFAL – *Centro Regional de Alfabetização para a América Latina*, em Pátzcuaro, no México. Maria Alice e eu passamos quase um ano lá no México.

Escrevi recentemente, um pequeno livro didático a quatro mãos, com este nome: *A cultura rebelde*³. Ele saiu pela Editora do Instituto Paulo Freire. Nele narramos um pouco da história do começo das experiências de cultura e educação popular no Brasil. Sou um dos que acreditam que quando a cultura popular surge entre nós, no Brasil, ela representa um dos momentos mais criativos e fecundos de nossa história cultural. Ela emerge no começo dos anos sessenta e, mal nascida, vai sofrer um impacto terrível a partir de abril de 1964. Vem então um tempo de ações policiais de feição política e repressiva. Convivo com mortes, prisões, exílios de pessoal da igreja, de lideranças populares e políticas, de diferentes categorias de militantes e artistas.

3 BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. *A cultura rebelde: escrito sobre educação popular ontem e agora*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Coleção Educação Popular).

Nessa época e nesse período, como era o seu contato com o Paulo Freire? Como foi a saída dele do Brasil?

A história de minhas relações com Paulo é curiosa. Até o exílio dele eu não conhecia o Paulo pessoalmente. A gente nunca se encontrou em nossas andanças entre 61 e 66. Houve um famoso encontro dos movimentos populares no Recife, em 1962. Eu ainda não estava no MEB. Mais tarde, eu poderia haver conhecido o Paulo pessoalmente. Isto porque ia haver um encontro entre ele e educadores populares de Goiás. Imagine que dia do “encontro”: 31 de março de 1964.

Eu conheci Paulo Freire primeiro entre leituras e estudos. Há inclusive um momento muito interessante. Lá no CREFAL, em um 8 de setembro, dia internacional da alfabetização, alguns professores pediram a alguns alunos - éramos todos alunos da América Espanhola, do Haiti e do Brasil - para apresentarem algumas experiências locais ou nacionais em alfabetização. Maria Alice e eu fomos um dos escolhidos. Lembramos então de fazer uma apresentação do Método Paulo Freire de alfabetização de adulto. A nossa apresentação causou surpresa e impacto. Ninguém o conhecia, nem mesmo o professor de alfabetização. Tanto é assim, que depois eles nos pediram para escrevermos um artigo sobre o “Método Paulo Freire”. Escrevi então um: *El método Paulo Freire para la alfabetización de adultos*. E o CREFAL publicou, primeiro mimeografado, depois impresso como um Caderno. Foi a primeira vez que Método Paulo Freire foi publicado fora do Brasil de forma completa. Lembro que o próprio *Pedagogia do oprimido*⁴ vai sair pela primeira vez em 1969, quando Paulo já está em Santiago, no exílio.

Paulo percorre países em seu exílio até se fixar em Genebra, na Suíça. Ele vai primeiro ao Chile e trabalha lá, envolvido em experiências de educação. Logo depois chegam os tempos de “golpe militar” também por lá. Ela passa pela Bolívia, os Estados Unidos da América e, finalmente, Europa. Ele trabalha então no Conselho Mundial das Igrejas, no setor de educação.

4 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

É através deste vínculo com uma instituição ecumênica já de forma crescente marcada por um “espírito ecumênico”, que ele estabelece um fecundo diálogo com nações neo-independentes na África. Sobretudo as de língua portuguesa.

Em 1979 Paulo e sua família ensaiam o retorno ao Brasil. Sou uma das duas pessoas cogitadas para ir substituí-lo em Genebra. E este foi o motivo de meu encontro pessoal com ele. Paulo vem por curta temporada ao Brasil. Eu me encontro com ele na casa de Francisco Weffort e Madalena Freire. Conversamos. longamente. Saio de lá propenso a aceitar o convite. Mas a verdade é que naquele ano então, eu estava vivendo um momento muito feliz e fecundo. Era professor já na UNICAMP. Havia descoberto “a minha tribo”, a dos antropólogos. Havia recém completado o meu doutorado e me dividia entre aulas, pesquisas de campo (sempre, uma atrás da outra) e minhas ações de presença e assessoria junto a movimentos sociais, sobretudo no mundo rural. O que seguidamente me devolvia a Goiás. Não aceitei a proposta e permaneci no Brasil.

Paulo Freire volta com a família entre fins de 79 e começos de 80. Ingressa na UNICAMP e, logo após, na PUC de São Paulo. É quando começamos a trabalhar juntos e nos tornamos amigos. Fundamos, ele, Mauricio Tratenberg, Moacir Gadotti e eu o Centro de Estudos de Educação e Sociedade, na UNICAMP. Eu o acompanho em sua primeira viagem pelo Brasil. Vamos de São Paulo a Goiânia para um grande encontro nacional de educação. Viajamos outras algumas vezes. Uma delas à Nicarágua, logo após a vitória dos sandinistas na guerra de libertação. Conversamos muito, inclusive em mesas de bares. Publico então livros coletivos sobre educação popular com textos dele.

Nós ficamos muito amigos. Nós nos víamos, nos falávamos com freqüência. Particpei de inúmeros encontros com ele, ou ao redor dele. De bancas de exame, de elaboração de livros. Não era uma relação de todo dia, porque ele vivia em São Paulo e assumiu durante algum tempo a Secretaria de Educação do

município. Paulo era um homem muito simples, conhecido e celebrado no mundo inteiro, ele era uma pessoa de uma enorme simplicidade. Há, inclusive um fato curioso e quase lastimável. Quando o Paulo chega e se propõe a sua contratação para a Faculdade de Educação da UNICAMP, como professor titular, o Conselho Universitário tem uma dúvida sobre se o contrata ou não, porque ele não possui ao título de doutor. Ele é *doutor honoris causa* por 49 universidades do mundo inteiro. Mas não é doutor... literalmente (“titulado”). E pedem a Rubem Alves um parecer. E o Rubem faz um parecer a seu favor que ficou famoso. Ele lembra que a UNICAMP deveria se sentir honrada em poder acolher uma pessoa como Paulo Freire, em vez de duvidar da possibilidade de contratá-lo. Depois de sua morte escrevi um livrinho para crianças do MST, sobre Paulo Freire, saiu na coleção “fazendo história” com este nome: *A história do menino que lia o mundo*. Depois, de forma mais completa, saiu pela Editora da UNESP, *Paulo Freire, o menino que lia o mundo*.⁵

5 BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FREIRE, Ana Maria Araújo. *Paulo Freire, o menino que lia o mundo: uma história de letras e palavras*. São Paulo: Edunesp, 2005.

Recuando alguns passos para lembrar. Em 1966, quando Paulo é exilado, eu viajo com bolsa de estudos para o México. Caso com Maria Alice em janeiro, viajo em fevereiro e retorno em outubro. Enquanto isto, ele permanece no exílio por longos treze anos. E aqueles foram anos muito estranhos. Duros e estranhos anos! Ao mesmo tempo em que alguns dos nossos companheiros são mortos, presos, torturados, exilados, outros permanecem no Brasil. Alguns amigos queridos, saídos do MEB – então sob intervenção crescente e devastadora – ingressam em equipes de trabalho no IBRA, o INCRA de hoje. O mesmo IBRA que iniciava a “reforma agrária dos militares”. Através de amigos de MEB ingressamos, Maria Alice e eu, no IBRA, e vamos então trabalhar em um “distrito de colonização” distante 40 quilômetros do Plano Piloto, em Brasília, Isto a partir de janeiro de 1967.

Então, veja, o “mundo natural” que começa cedo na vida de um “menino de Copacabana”, quando escoteiro e, depois,

excursionista e escalador, abre-se mais adiante em um “mundo rural” de gentes e culturas, e não apenas de natureza, como eram minhas idas e dias ao Sul de Minas. O mesmo “mundo” que a partir do MEB torna-se um cenário de vida, de envolvimento pessoal e coletivo com comunidades e movimentos populares, e torna-se então um “lugar de engajamento e militância” (uso muito expressões daquela época). Um território múltiplo a ser agora estudado, pesquisado, compreendido, dialogado e, afinal, um campo de ação direta. Aquilo a que dávamos então o nome de “ação política através da cultura e da educação”.

Voltemos a 1967. Maria Alice, eu e um casal amigo, vindo também do MEB, começamos a fazer então um trabalho junto a alguns “parceiros” do DCAG (Distrito de Colonização Alexandre de Gusmão). “Parceiro” era o nome dado aos camponeses que recebiam glebas de terras no Distrito de Colonização. Por nossa conta tratamos de refletir com alguns parceiros o que estava por baixo de toda aquela ilusória proposta do governo militar. Começam então a correr no IBRA notícias sobre a nossa ação. E nós começamos a ser perseguidos, inclusive, pelo próprio diretor do “projeto”. Foi quando um abençoado engenheiro agrônomo, coordenador de uma divisão do IBRA em Brasília, que mal nos conhecia e que nem era “de esquerda”, nos convida para irmos trabalhar com ele na Delegacia Regional, em Brasília. Devemos muito ao “Doutor Morvan”. De qualquer maneira, sabíamos que não duraria muito tempo a nossa presença em Brasília. E nos sentíamos – tal como tanta gente nossa naqueles tempos – sempre na beira de perigos e ameaças.

E eis que no meio de um tempo de incertezas e de temores, de um momento para o outro, e sem qualquer plano antecedente, de um mês para um outro eu inicio em Brasília a minha carreira como professor. Tal como eu narraria o que aconteceu agora, tudo até pareceria uma pequena cena de filme. Numa manhã de julho vesti o único terno, o do casamento. Pedi emprestado um jipe (ainda estávamos no Distrito de Colonização e ainda

tínhamos amigos e aliados lá). Coloco numa pequena pasta um currículo *vitae* de página e meia que datilografo em minha “Olivetti portátil”, e viajo por estradas de terra e de asfalto até a Universidade de Brasília.

Procuro lá, a Faculdade de Educação. A diretora – que eu nunca vira antes – me recebe gentilmente. Falo sobre o IBRA e nosso trabalho na fundação de pequenas escolinhas rurais lá no DCAG. Narro os meus sonhos de trabalhar com educação popular na universidade. Ela me ouve atenta, mas responde que no momento não havia nada na área de educação popular. Mas que havia uma falta a ser preenchida com urgência, de um professor de filosofia da educação. Não sei o que respondi de imediato a ela, então. Mas se fosse em linguagem de hoje, seria algo como “é comigo mesmo!”. Em agosto de 1967 estava dando aulas, na Faculdade de Educação da UNB. Aquele foi um feliz momento de ousadia e justa mentira. Porque se eu dissesse a ela algo como: “não entendo de filosofia da educação; sou especialista em educação popular”, não teria conseguido o trabalho que consegui, e que foi o meu começo de vida de professor.

E as minhas pequenas ousadias e rupturas com as normas não ficaram aí. Lembro como se fosse agora que a minha primeira aula na UNB, em um 15 de agosto de 1967, já foi uma experiência fora das normas. Era em um dia muito seco e muito quente no cerrado de Brasília. A sala era mal ventilada e apertada. Meus alunos (na verdade minhas alunas e um ou dois alunos) não eram mais de uns doze. Sugeri que fossemos “fazer a aula” sob a sombra de uma árvore em frente da janela de nossa sala. Muitas outras aulas da UNB de ontem, até na Federal de Uberlândia/UFU, de hoje, foram e seguem sendo em vários locais ao ar livre. Um último curso, no campus da UNIMONTES, em Pirapora, sob outros dias infernais de quentes, foi de aulas ao ar livre, sob o pé de flamboyant que despejava flores de cor laranja sobre nós.

Continuei trabalhando com Maria Alice e uma flutuante equipe, em educação rural e ação comunitária no IBRA. E felizes

agora, porque em um provisório cenário de maior confiança e menos temores, saímos do DF para irmos implantar experiências em comunidades rurais de Goiás, para onde nós dois sonhávamos ir viver nossas vidas. No final deste mesmo ano de 1967, prestei concurso para a Universidade Federal de Goiás. Era um concurso para a cadeira de Sociologia do Conhecimento. O então reitor da UFG, também candidato, passou em primeiro lugar e eu fiquei em segundo. Logo após houve um concurso para Psicologia Social. Eu fui candidato único, e dizem os meus amigos que até hoje não sabem se passei em primeiro lugar ou em último. Mas fui aprovado e já em março de 1968 (um ano terrível do ponto de vista da repressão militar), estávamos de mudança para Goiânia.

Foi aquele o momento em que eu retornei à psicologia, que julgava haver abandonado em favor da educação. Retornei como professor. Nós nos demitimos – sem remorsos – do IBRA. Eu permaneço ainda por um tempo na UNB, viajando agora todas as semanas de Goiânia a Brasília. Maria Alice está grávida do André, meu filho, que vai nascer em 1968. Em março eu ingresso na Universidade Federal de Goiás. E já neste mesmo ano eu me envolvo com o movimento político estudantil de lá. Nossa casa por algum tempo foi “aparelho de AP”. Pessoas da Ação Popular hospedavam-se conosco, em escala rumo “ao Norte” (de Goiás). Certa feita nos deixaram como “tarefa política”, traduzir textos de Mao-Tse-Tung. Traduzimos do Espanhol, em folhas de stencil. E clandestinamente íamos ao meu instituto na UFG mimeografar textos que seriam levados a comunidades rurais no Norte de Goiás. Neste mesmo ano de 68, um frade dominicano, ativista do MEB em Conceição do Araguaia é nomeado bispo da Diocese de Goiás. Seu nome: Tomás Balduino. O “Dom Tomás” com quem trabalhei de 1968 até por volta do começo dos anos noventa.

Bom, no final de meu primeiro ano em Goiânia e na UFG, o reitor da Universidade, Farnese Dias Maciel, chama o irmão

dele e um de meus amigos mais chegados, Elter Dias Maciel, o padre José Maria de Pereira, e eu, e nos noticia que estamos “com a cabeça a prêmio”, segundo informações que ele recebeu. E ele nos oferece e nos obriga a uma licença forçada, de modo a que cada um de nós tomasse um rumo distante de Goiânia. O padre Pereira vai para Paris; Elter vai para São Paulo, fazer doutorado em sociologia com Florestan Fernandes; e eu retorno às pressas ao Rio de Janeiro. Ora, como eu tinha que ter uma ocupação para justificar o meu “um ano de licença” retorno (sem vontade alguma) à PUC do rio e faço o “5º ano”, concluindo o meu curso de psicologia.

E, neste mesmo ano de 69, vai acontecer uma outra coisa importante na minha vida. Ao mesmo tempo em que eu estou concluindo o curso de psicologia, eu me envolvo com um movimento ecumênico de “cristãos de esquerda”. Seu nome: Igreja e Sociedade na América Latina. Era um movimento continental e ele foi bastante perseguido em alguns países, como o Brasil e, mais ainda, a Argentina, o Uruguai, o Chile e a Bolívia, sempre depois de golpes militares. Eu me vinculo logo a este movimento, que no Brasil toma o nome menos comprometedor de Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI. Através de minha participação em trabalhos com igrejas “de esquerda”, que inauguram no Brasil a teoria da teologia da libertação e a prática das comunidades eclesiais de base, vou viver – entre tênues e nem sempre pacíficas linhas de fronteira entre a universidade e a militância – um novo tempo de presença no “mundo rural”.

6 BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. *Campesinato goiano*: três estudos. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1986.

No livro Campesinato goiano⁶, tem um Prefácio relatando a situação em Goiás, até mesmo no ano de 68, se não me engano...

Desde 1968 começo a assessorar os projetos de ação pastoral junto a comunidades camponesas – muitas delas dentro de grandes fazendas, entre “moradores”, como se dizia então por lá. Tempos em que a Igreja Católica de algumas dioceses, alguns

movimentos e algumas regiões começam a se posicionar de frente contra a violência do governo militar. São então assinados por alguns bispos e lançados dois manifestos. Esquecidos hoje, naquele tempo eles tiveram uma notável repercussão. Manifestos muito fortes. Vai sair um no Nordeste e um outro no Centro-Oeste. Inclusive, se não me engano, em 1969 ou 70, eu viajo com dom Tomás em seu pequeno avião teco-teco, entre a Cidade de Goiás e Marabá, no Pará. Ele recebeu a missão de coletar assinaturas de bispos do Centro-Oeste e da Amazônia para um manifesto. Ele fazia uma severa crítica à quebra dos direitos humanos. Lembro que o manifesto foi nomeado: “Eu ouvi o clamor do meu povo”. No retorno desta viagem, pedi a Dom Tomás para pousarmos na pequena pista da Aldeia Tapirapé. Tivemos um pequeno acidente no pouso e não fosse a extrema habilidade do “bispo voador”, eu não estaria falando isto aqui, agora.

Campesinato Goiano, que pesquiso e escrevo com José Ricardo Ramalho, então um estudante carioca de ciências sociais, apenas retrata algo das condições de vida e do imaginário de “moradores” agregados e pequenos sítiantes de uma região então chamada de “Mato Grosso Goiano”. Parte da pesquisa de campo foi feita na região natal de Maria Alice: Mossâmedes. Os trabalhos mais críticos e diretos foram resultados de pesquisas daquele tempo. Um deles tomou este nome: *A igreja do Evangelho*, e nunca foi publicado. Outros resultaram das primeiras experiências do que veio a ser depois a “pesquisa participante”.

E as suas relações com Paulo Freire, por este tempo, como eram?

Não conhecia Paulo pessoalmente neste tempo. Estava ainda em Goiás e ele no exílio. O MEB Goiás realizou um trabalho de re-leitura do Método Paulo Freire. Ele tomou o nome de um casal de camponeses do Centro-Oeste: “Benedito e Jovelina”. Em meu livro: *O Que é o método Paulo Freire* descrevo com detalhes esta experiência abortada pelo golpe militar.

Ora, sucede então que *Igreja e Sociedade* solicita ao CEDI, um trabalho de difusão da educação popular e das idéias de Paulo Freire em alguns países latino-americanos. Componho a pequena equipe que viaja clandestinamente de tempos em tempos para se encontrar com educadores e militantes populares em países como a Argentina (antes do golpe), Peru, Equador e outros. Foram algumas viagens que eu faço depois de receber do exterior inocentes cartas-convite para cursos como psicopedagogia pastoral. Foi uma experiência arriscada e extremamente rica.

Como um material de apoio a estes pequenos “cursos” eu vou escrevendo alguns pequenos textos com as nossas idéias. Eles vão sendo mimeografados e vão ser usados nesses países. Daí logo mais surge a idéia de escrevermos um livro contendo o conjunto dos textos escritos e outros, novos. Veja você que fora um pequeno livro de poemas, editado em Goiânia em 1969: *Mão de Obra*, o meu primeiro livro foi uma obra coletiva e clandestina. Conto como foi. Retomo meus textos mimeografados, estudo, escrevo outros e aos poucos vou redigindo um livro. Jether Pereira Ramalho, Beatriz Bebianco Costa e Elder Dias Maciel serão os leitores críticos e revisores impiedosos. De meses em meses nos reunimos na “chácara do Elter”, clandestinamente e demoramos horas e horas relendo e revisando o livro.

Ele fica pronto entre fins de 69 e começos de 70. Vamos então a uma reunião em Montevideú. Entre outros temas discutimos a edição de nosso livro. Resolvemos publicá-lo na Argentina, ainda antes do golpe. E decidimos que ele sairia com um outro nome que não o meu, dado o risco que poderia haver em meu nome em um livro como aquele. A própria leitura de qualquer livro de Paulo Freire era vigiada e, não raro, punida no Brasil. Então, Julio Barreiro, um teólogo uruguaio, é escolhido para aparecer como “autor” de meu livro. O livro sai então publicado na Argentina pela Editora Siglo XXI. Seu nome: *Educación popular y proceso de conscientización*. Quando rebenta o golpe na Argentina - eu

nunca soube ao certo - mas contaram-me que toda uma nova edição inteira fora destruída pelos militares. Ele passa então a ser publicado no México. Depois começa a sair pela mesma editora, mas na Espanha. Tenho notícias dele até hoje. E quando o revi pela última vez, em uma livraria de Santiago de Compostela, ele estava na 16ª edição. Dez anos mais tarde meu livro clandestino saiu em português. Eu apareço como tradutor do meu próprio livro, editado então pela Editora VOZES. Mais tarde ainda, agora com um novo prefácio meu que reconta a verdadeira história, ele foi republicado pela Editora Sulina, do Rio Grande do Sul.

A discussão nessa época e desse livro, por exemplo, passa pelo marxismo? É uma reflexão com pensamento marxista?

Sim e não. E talvez mais não do que sim. Nem Paulo, nem eu e nem os outros companheiros de JUC e de MEB nos considerávamos marxistas. Líamos Marx, Gramsci e outros. Estudávamos a sério. Procedíamos a alguma crítica social de vizinhança marxista. Tínhamos o socialismo como um horizonte para o Brasil e o mundo. Mas praticamente ninguém de nós se identificava como um marxista, mesmo nos tempos de mais estreita “frente ampla” entre a Ação Católica e o Partido comunista. Meu livro é uma reflexão e contém uma proposta que parte de Paulo Freire. Como eu próprio e meus companheiros de JUC, o livro tem mais uma orientação de um humanismo crítico, que marxista. Lembro que ao lado de Marta Haenecker o livro tem fundamentos na sociologia de Peter Berger e Thomas Luckmann, até hoje autores lidos e relidos no Brasil. E eles nada têm de marxistas. Em minha formação há muito mais de um humanismo cristão de esquerda, vindo de Pierre Teilhard de Chardin, de Henrique da Lima Vaz, de Emmanuel Mounier, do que de marxismo. Se você for ver, descobrirá que minhas leituras são mais ou menos como as do próprio Paulo em *Pedagogia do oprimido*. Um livro de múltiplas leituras, múltiplas fontes e

influências. Paulo Freire lê de Lênin a Martin Buber, e pensa a educação tanto com autores brasileiros quanto estrangeiros. Fora as edições da Siglo XXI, em espanhol, *Educación popular y proceso de concientización* é editado em Portugal e, em uma edição popular, em Cuba.

Eis que quando surge em minha vida o “tempo do antropólogo”, em 1972, eu já estou desde 1961 envolvido com militância através da JUC e, desde, 1964 envolvido com o campo – com o mundo rural – através de estudos, pesquisas (participantes ou não) e “ações culturais”.

A cultura me primeiro aparece através da cultura popular (nos termos dos MCPs). E a cultura popular me aparece através da educação popular. Assim, de algum modo a minha escolha pela cultura popular e pelo mundo rural não é uma primeira escolha antropológica, no sentido mais profissional e mesmo acadêmico do termo. É uma opção que me vem de anos antes. E outra coisa que vai me marcar muito, é o fato de que eu vou ser – tal como antes aconteceu com o próprio Darcy Ribeiro – um antropólogo que pratica também a literatura. A poesia sobretudo, em meu caso.

Os seus primeiros livros de antropologia refletem muito esses contextos que você apontou, da sua participação com movimentos sociais, religiosos.

Refletem muito isso tudo. Tem que se entender que o tempo todo eu preciso traçar fronteiras e delimitar domínios de vocação. Isto se reflete em meu currículo até hoje. Nunca fui um especialista: nem em uma área definida da antropologia e nem mesmo na antropologia, tomada no seu todo. Na verdade, por onde quer que eu ande, se for em cenários fora das ciências sociais, sou bastante mais reconhecido como um educador.

O acontecer do “momento da antropologia” em minha vida surge - como aconteceu com muitas e muitos dentre nós - a

partir de meu Mestrado em Antropologia na UNB, entre 1972 e 1974. E desde o começo este antropólogo recém-surgido vai se dedicar com preferência a cenários e momentos rurais. Eles se repartem entre o estudo do mundo camponês entre o seu “pensado-e-vivido”, e o interesse, sempre presente, pelas culturas populares, a religião, as festas e os seus rituais. Boa parte de minha pesquisa neste campo incide sobre ritos camponeses e de negros. E com uma curiosa diferença: enquanto muita gente ao meu redor pesquisa religiões de tradição afro-brasileira, como o candomblé, eu vou pesquisar negros católicos, em Goiás e depois em Minas Gerais e em São Paulo.

Mas não esquecer que muito antes, desde 1964, no MEB, eu estou gravando e fotografando pessoas e rituais no Nordeste e, mais ainda, em Goiás. Depois, entre 1968 e 1971, já como professor em Goiânia, eu inicio um trabalho de pesquisas por conta própria e, mais ainda, acompanhado de grupos ou mesmo de turmas inteiras de alunos. Ainda são tempos de pré-antropologia, divididos entre o psicólogo (sim, faço com meus alunos várias pequenas pesquisas quantitativas de psicologia) e o educador popular. Antes do antropólogo já convivo com pesquisas no mundo rural goiano.

E chega então o “tempo do mestrado”. A Universidade Federal de Goiás estimula e libera professores para estudos pós-graduados. Sou liberado e penso primeiro em fazer em Psicologia Social, mas – por sorte minha – o que eu encontro pela frente é muito comportamental, muito quantitativo, e nada tinha a ver com uma pessoa que já trilhava então caminhos entre a psicologia e a antropologia, através de meus estudos de “cultura e personalidade”. Então, no ano de 1971 a UNB convida Roberto Cardoso de Oliveira e uma parte de sua equipe do Museu Nacional para criarem um programa de pós-graduação em Brasília. Eu fico sabendo – eu que já tinha procurado o Roberto Cardoso de Oliveira em 1965, no Rio de Janeiro – me volto, então, para a antropologia, resolvo participar do concurso

da primeira turma de mestrado e começo a viver o meu encontro efetivo com a tribo dos antropólogos.

Ingresso no mestrado em agosto de 1972 e concluo em setembro de 1974. Fiz tudo muito rápido e fui o primeiro de minha turma a defender a dissertação. E isto por um motivo inesperado. Quando eu estou começando a pensar na pesquisa de campo, o Roberto Cardoso de Oliveira recebe um convite vindo do México. Um convite para se integrar em um amplo projeto de pesquisas junto aos índios Purépechas (que os brancos chamam de Tarascos), da mesma região do México, onde morei em 1966. Uma pesquisa envolvendo pesquisadores do Brasil, do México e da Escandinávia.

E de um dia para o outro sou convidado pelo Roberto Cardoso para me integrar nesta equipe plurivalente. Em boa medida porque eu havia morado nessa área no México. E então o Roberto me diz: “Olha, você apressa um pouco a sua dissertação e faz um trabalho sobre identidade indígena, que é o que você vai pesquisar lá no México”. Só que era complicado para mim naquele tempo sair por vários meses para uma pesquisa de campo. Eu era professor, não esquecer, e a minha breve licença tinha acabado. Além de pesquisa em campo mais demorada. Devo ter respondido a ele algo assim: “Roberto, já que a questão central é a identidade, eu vou pesquisar negros em Goiás”. A Cidade de Goiás é relativamente próxima a Goiânia e eu poderia viver fins de semana, feriados e trechos de férias lá, e retornar ao meu trabalho em Goiânia. Ele concordou e assim fiz. *Peões, pretos e congos*⁷, acabou sendo a minha dissertação, orientada por ele.

Termino em cerca de quatro meses a pesquisa de campo, redijo a dissertação em dois meses e meio, e a defendo depressa, pois o México me espera e o prazo de apresentação à equipe é pequeno. Então ocorre o inesperado-anunciado. Por causa do meu passado de militância, quando o meu afastamento por um ano do Brasil é solicitado ao Ministério da Educação, o seu então famigerado “Serviço de Informação” (ou algo assim),

7 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Peões, pretos e congos: trabalho e identidade étnica em Goiás*. Brasília: Universidade de Brasília, 1977.

um departamento de militares dentro do MEC, não me libera. Simplesmente deixaram de emitir o documento de licença e de direito de viajar para fora do Brasil, sem qualquer explicação naquele tempo. No entanto, algo de muito pequena monta, em anos em que amigos eram seqüestrados e “desaparecidos” também sem explicações. Foi uma grande decepção. Já estávamos com os passaportes na mão: o meu, o de Maria Alice, o de André e o de Luciana. Estou “mestre em antropologia”, trabalho na *Federal de Goiás*, sigo ligado intensamente ao *CEDI* e à *Diocese de Goiás*, e permaneço no Brasil. Em 1970, de volta do Rio de Janeiro, por um breve tempo eu exerço a psicologia, em um *Centro de Orientação Psicológica* da *Universidade Católica de Goiás*. Breve e efêmera incursão pela psicologia. Em menos de dois anos a abandono, para fazer o mestrado e não retorno mais a ela. De então em diante eu me dedico inteiramente à antropologia e à educação popular.

Em meu retorno à UFG, consigo com o meu departamento e com a direção do ICHL uma permissão para dedicar vinte horas às aulas e outro tanto a um trabalho no então criado *Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás*. Em 1972 eu já havia deixado a *Faculdade de Educação* da *UnB* e a *Universidade Católica de Goiás*. Implanta-se a “carreira do magistério superior”, cria-se o “tempo integral e dedicação exclusiva” e eu me incorporo a ele. Sou agora apenas um professor-pesquisador e me dedico (oficialmente) apenas à UFG.

Estou livre (ou quase) para me dedicar ao que mais desejava: pesquisas de campo no mundo rural goiano. Divido-me desde então entre pesquisas junto ao campesinato e pesquisas de festas e rituais São deste tempo: *Campesinato goiano* e *Plantar, colher e comer*⁸; algumas das pesquisas, nunca publicadas, parte delas feitas junto à *Diocese de Goiás*. Em outra direção, da vertente da cultura popular resultam trabalhos como *Identidade e etnia*⁹ (um de meus únicos livros não resultante de pesquisa de campo direta), *Peões, pretos e congos*, *A festa do santo de preto*¹⁰, O

8 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

9 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

10 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A festa do santo de preto*. Rio de Janeiro: Funarte, Instituto Nacional do Folclore; Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1985.

11 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Divino, o santo e a Senhora*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1978.

12 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cavalhadas de Pirenópolis: um estudo sobre representações de cristãos e mouros em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1974.

Divino, o santo e a Senhora¹¹, Cavalhadas de Pirenópolis¹². Por esta ocasião, ganho alguns prêmios de folclore; quatro prêmios seguidos, dois em São Paulo, outro em Goiânia, o outro no Rio de Janeiro. São concursos nacionais de monografias de folclore e cultura popular e alguns existem até hoje. A vantagem é que em um tempo em que é difícil a um recém-mestre em antropologia publicar alguma coisa, meus trabalhos são editados pela FUNARTE.

Até hoje mantenho um forte vínculo com o “folclore” e lamento o distanciamento entre antropólogos e os folcloristas que nos antecederam e que ainda estão por aí, por toda a parte. Algumas dissertações e teses sobre folclore e folcloristas no Brasil, assim como a presença de excelentes antropólogas, como Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, corrige hoje em dia esta ponte quebrada.

Em 1975, Duglas Teixeira Monteiro abre um Doutorado em Sociologia da Religião na USP. Lembro que tanto pela trilha da antropologia e da universidade, quanto pela trilha da militância e da educação popular, em me encontro então muito ligado aos estudos de religião popular. Por felicidade consigo licença de três anos para ir fazer o doutorado. E então uma vez mais ocorre um dos “inesperados” de minha vida. Lembro que num intervalo das provas para ingresso no “doutorado em sociologia da USP” eu estou andando em um corredor do prédio da FFCHL, esperando minha vez de ser entrevistado. Bem, estou andando por ali, esperando minha vez e, de repente, vejo pregado na porta, um comunicado: “Universidade Estadual de Campinas contrata antropólogos”. Passei por lá uma primeira vez e mal prestei atenção. A UNICAMP era uma nova universidade e estava formando o seu quadro de docentes. Passei pelo comunicado na porta uma segunda vez e me perguntei: “Quem sabe?”. Quem sabe aquele poderia ser um novo caminho para mim?

Sou aprovado no exame de seleção da USP. Retorno a Goiânia e converso sobre a UNICAMP com Maria Alice. Me

inscrevo, viajo para Campinas na semana seguinte e participo do exame de seleção. São três vagas e três candidatos. Na verdade, duas candidatas e eu: Alba Maria Zaluar, do Rio de Janeiro, Ana Maria Niemayer, - que foi minha colega de PUCRJ – três vagas e três candidatos aprovados. O pessoal do então “Conjunto de Antropologia” me deu quinze dias para resolver se eu viria ou não da UFG para a UNICAMP.

Eu era então um “professor titular” *Universidade Federal de Goiás*, inclusive com uma licença remunerada para fazer o doutorado. Vivo em menos de quinze dias um enorme dilema. Eu estou muito bem e muito feliz em Goiás. Saído de Rio de Janeiro, Goiás agora é meu mundo e não apenas um lugar qualquer onde trabalho. Não desejo voltar para a “civilização”. Queria mesmo era ficar lá nos “cantos do sertão”, do cerrado... pesquisando.

Havia construído uma casa de tijolos à vista, tinha vários amigos e um campo de ação popular todo ele no Centro-Oeste. E então me veio esta idéia: “eu vou fazer o doutorado com o Duglas; fico três anos em São Paulo, os três anos de minha licença, experimentando o ser professor e pesquisador em uma nova e já grande universidade”. E ao cabo deste tempo retorno a Goiânia e à UFG. Ora, quando fui expor minhas idéias na reitoria da UFG, para meu desencanto, elas foram recusadas. Eu poderia manter minha licença remunerada como professor da UFG. Mas não me seria dada uma licença não-remunerada para eu ir para a UNICAMP, mesmo com o compromisso de retornar. Voltei para casa e datilografei uma carta de demissão que foi entregue no dia seguinte. Com muito pesar deixei Goiás. Fui pra Campinas com a família toda. E me tornei um “professor da UNICAMP”.

Naquele 1976 o *Conjunto de Antropologia* tinha então treze professores. Sete deles falavam Inglês. Aliás, uma equipe ótima, um pessoal excelente, e um clima de trabalho que não esqueço. Eram tempos bem mais de relações entre pessoas do que de relacionamentos entre indivíduos e computadores.

Ingresso na UNICAMP em 1º de janeiro de 1976, e em março no doutorado em Sociologia e em 1980 eu defendo minha

tese. Trabalhava na Antropologia como professor, dando aulas na graduação, e vivendo o doutorado na USP.

Creio que tenha estudado com muito maior intensidade no Mestrado em Antropologia na UNB do que no Doutorado em Sociologia na USP. Foram menos cursos e somente me sentido mais exigido por ocasião dos estudos diretos e da pesquisa de campo para a tese. Veja bem, coisas daquele tempo. Se você percorrer a bibliografia de uma então nascente antropologia do campesinato dos anos setenta/oitenta, começando em Moacir Palmeira e Otávio Alves Velho, e chegando até Beatriz Alásia de Herédia, Hugo Lovisollo, Luis Eduardo Soares e outros recém-antropólogos, verá que a maior parte dos trabalhos que resultaram em livros fundamentais, são dissertações de mestrado e, não, teses de doutorado.

Bom, estamos em 1976. Eu estou bastante bem integrado na UNICAMP. Mas em Campinas, nem minha família e nem eu estamos felizes. Nosso primeiro “ano paulista” foi de um desajuste completo. Sertanejo em Campinas não dá, mesmo sendo “carioca de Copacabana”. Resolvemos então voltar para Goiás. Só que não seria fácil. Eu havia me demitido da UFG e não haveria caminho de retorno. Foi quando o Roberto Cardoso de Oliveira me chama para a UNB. Há uma vaga de professor do Mestrado em Antropologia, devida à saída de um dos professores. Vou a Brasília. Converso com o pessoal. Em um tempo de “ingressos sem concurso”, ou com seleções informais, meus documentos e títulos são aceitos. Quando tudo indica que meu contrato será “fechado” sem problemas, recebo por telefone a notícia – dada pelo próprio Roberto – de que meu contrato fora recusado. Roberto me telefona e diz mais ou menos isto: “Não vai dar para te contratar. Houve algum problema; provavelmente com relação ao teu passado político. Embargaram na reitoria o teu contrato”. Ainda no meio do susto, corro para o telefone e digo ao Peter Fry: “Peter, cancela minha saída da UNICAMP; estou voltando”. Foi mesmo uma ducha de água fria na minha

família, que queria por tudo haver voltado para o Planalto Central.

Voltamos de Goiás, mudamos de casa em Campinas e eu permaneço por vinte e três anos na UNICAMP. E vivo logo após um novo momento de imenso pesar. Quando estava já no processo de pesquisa da minha tese, o Duglas veio a falecer em um acidente no Recife. Foi um grande choque para todos nós, uma turma grande de estudantes e orientandos. Somos “distribuídos” entre outros orientadores e eu tenho a sorte de lograr uma vaga com o José de Souza Martins, justamente porque pesquiso mundo rural. Trabalho então com o Martins, que por este tempo também tinha um vínculo com igrejas e movimentos sociais do Centro-Oeste e da Amazônia. Concluo com ele o doutorado. No livro dela resultante: *Os deuses do povo*¹³, o prefácio foi escrito pelo Martins. E ele começa com estas palavras: “Carlos Brandão é um caipira autêntico nascido em Copacabana”. Eu o dedico ao Duglas.

Daí em diante, já atuando também no Mestrado em Antropologia da UNICAMP, permaneço muito ligado às culturas populares, à religião popular e ao mundo rural. Meus temas, os dos meus orientandos, meus ciclos de debate, minhas pesquisas de campo, a sós ou com equipes de estudantes de antropologia. Entre outras atividades, eu me integro em um projeto de âmbito nacional, sobre “ideologias e hábitos alimentares no Brasil”. Ele era coordenado por Otávio Alves Velho e Klaas Woortmann. Com este projeto retorno a pesquisas em Goiás.

Fora o trabalho do doutorado, que vínculos mais você teve com o professor José de Souza Martins?

O Martins está ligado durante este tempo a movimentos de Igreja. Ele não está vinculado ao CEDI, como eu. Mas atua diretamente junto a comissões pastorais e movimentos populares da/na igreja. Ele vai assessorar por vários anos a Comissão

13 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do povo: um estudo sobre religião popular*. São Paulo: Brasiliense, 1986 (Prefácio de José de Souza Martins). Há uma terceira edição desse livro, do ano de 2007, pela editora da Universidade Federal de Uberlândia/Ed.UFU.

Pastoral da Terra, vai ser assessor da CPT e a Prelazia de São Félix do Araguaia, de dom Pedro Casaldáliga. Eu mesmo fui uma vez à Prelazia de São Félix como o Martins. Passei uma semana lá dando um curso. Trabalhamos juntos também na diocese de Goiás, quando ela realiza uma grande pesquisa participante. Estivemos lá, como assessores, Heloísa Martins, o José de Souza Martins, o José Ricardo Ramalho e eu. Somos chamados por dom Tomás como assessores para uma pesquisa que vai durar quase um ano. Assim, nós passamos um longo tempo juntos, assessorando uma ampla pesquisa, cujo relatório final, foi escrito por mim. Foram oito cadernos da pesquisa, cada um deles sobre um dos temas pesquisados: entre problemas da terra, religião, educação e assim por diante. Martins e eu nos encontramos até hoje, em diferentes momentos, tanto acadêmicos quando fora do mundo universitário.

*Como você chegou ao grupo e integrou a equipe da pesquisa nacional sobre ideologia e hábitos de alimentação no Brasil?*¹⁴

Falei sobre ela já. Foi mais uma vez algo inesperado. Mesmo em Campinas, mantive um vínculo muito grande com o pessoal da UnB. Embora eu não tivesse ido para lá, por causa do bloqueio político de meu contrato, a relação de amizade permanecia. Eu que não estudei com o Klaas Woortmann, porque ele vai chegar em Brasília depois de minha saída de lá. Um instituto de alimentação no Brasil, cujo nome esqueço agora, vai contratar o Museu Nacional e a UnB para desenvolverem um projeto sobre hábitos e ideologias alimentares. Então, o Otávio Alves Velho assume a coordenação do grupo do Rio de Janeiro e Sudeste, e o Klaas assume, via UnB, o de Minas Gerais para cima.

Eu vou entrar neste projeto e voltar (com grande alegria) a pesquisar Goiás. E volto à cidade e região rural de Mossâmedes. Eu já havia pesquisado lá e escrito sobre Mossâmedes, em textos como: *Campesinato Goiano; A Festa do Espírito Santo na Casa de*

14 WOORTMANN, Klaas Axel A. W. "Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final". *Série Antropologia UnB*, Brasília, n. 20, p. 1-183, 1978.

São José; *Folias de Reis em Mossâmedes*, volto pro mundo rural de lá. Juntando tudo, em Goiás creio que vivi todas as modalidades possíveis de pesquisa. Comecei em 1968, logo nos primeiros meses de minha vida de professor da UFG, com pesquisa fortemente científicas e quantitativas, ao estilo da psicologia experimental. Vivi pesquisa “quali-quantitativa”. Pesquisas com equipes de alunos e sozinho. Pesquisa de um dia, de um final de semana. Pesquisas de vários meses. Pesquisa no mais radical estilo antropológico. Pesquisas participantes (mal vistas na academia até hoje). Girei com foliões de Santos Reis; documentei festas e rituais de todo tipo; convivi com intimidade de comunidades rurais; pesquisei dentro de cidades, como Mossâmedes, Goiânia, e outras cidades. Alguns de meus trabalhos, publicados ainda em frágeis textos mimeografados, como os da série: “Sociedades rurais do Mato Grosso Goiano” estampam os nomes de vários estudantes delas participantes. Hoje, quando volto aos “primeiros tempos”, acredito que sobretudo agora, pouca gente do mundo da antropologia terá vivido uma tal polissemia de situações e experiências de pesquisas de campo.

Lembro que mais adiante, quando já em São Paulo e na UNICAMP, como na longa pesquisa de campo que originou dois livros: *A partilha da vida*¹⁵, e *O trabalho de saber*¹⁶ pela primeira vez vou realizar uma pesquisa com um efetivo aporte financeiro de uma instituição como o CNPq. Então pela primeira vez eu posso pesquisar – entre idas e vindas, e longos tempos de permanência no campo – durante seis anos em São Luiz do Paraitinga. Pude então estabelecer uma profunda e fecunda intimidade com o povo do povoado onde vivi e pesquisei: Catuçaba. Agora, veja você, a pesquisa que resultou em *O afeto da terra*¹⁷ é um trabalho de campo intenso e rápido, concluído em 45 dias de moradia quase direta no bairro rural de Pretos de Baixo, em Joanópolis, na Mantiqueira, onde comparto uma pequenina casa rural com duas alunas de graduação. Como de costume, cada uma delas realizando pesquisa própria. De

15 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A partilha da vida*. Taubaté, Geic/ Editora Cabral, 1995

16 BRANDÃO, Carlos Rodrigues, *O trabalho de saber – cultura camponesa e educação rural*, Porto Alegre, Editora Sulina, 1996.

17 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do Bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira*, em Joanópolis. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

meus começos até hoje sempre tive dificuldades com “auxiliar de pesquisa”. Estudantes participantes ou participam de toda uma pesquisa coletiva (como agora mesmo entre pesquisas no rio São Francisco e nos sertões do Norte de Minas, através da UNIMONTES e da UFU) ou devem realizar pesquisas próprias e elaborar relatórios pessoais.

A região do Alto Paraíba, onde fica São Luis do Paraitinga, foi onde o Emilio Willems estudou também?

Sim. Ele estudou na cidade “ao lado”, em Cunha. São municípios encravados na Serra do Mar, entre o Vale do Paraíba e o litoral de São Paulo e, mais ao norte, do Rio de Janeiro: Paraibuna, Lagoinha, Natividade da Serra, São Luiz do Paraitinga, Cunha e outros. Lembro que eu não pesquisei na bela cidadezinha de São Luiz do Paraitinga. Apenas participei de um filme de média metragem sobre a “festa do divino Espírito Santo” lá, dirigido por José Inácio Parente, colega de curso de psicologia, companheiro de JUC e hoje um cineasta, produtor cultural e psicanalista. Minha pesquisa foi em uma então pequena comunidade rural, Catuçaba, e nos bairros rurais de perto, como o Pinga, o Chapéu Grande, o Oriente e a Cachoeirinha. Foi uma fecunda e prolongada experiência, aquele longo convívio com uma comunidade rural tradicional.

E quando você considera estar fazendo monografia do rural, estudo de caso, ou melhor, os estudos de comunidade? Quando você começa a tomar consciência dessa discussão?

Na minha vida e na antropologia daquele tempo. A primeira é a seguinte: creio que existiram duas tendências diferentes e convergentes. De um lado, havia o que se costumava chamar de uma sociologia rural e, de outro, uma antropologia do campesinato. A tendência da sociologia rural vai desenvolver

teorias, pesquisas e propostas de ação política com base em autores nacionais e internacionais, sociólogos, em maioria, sempre mais voltada a movimentos sociais. por exemplo: os processos de mudança via capitalização do campo, os conflitos, mobilizações populares, lutas e conquistas. Florestan Fernandes ou Octávio Ianni seriam fontes de inspiração desta tendência. Enquanto nós, antropólogos – mas nunca e nem todos – vamos pesquisar mais as regularidades cotidianas do “pensado e vivido” de comunidades mais tradicionais. Nossa porta de entrada é a família, o parentesco, a vida de todos os dias, e apenas em um segundo plano o movimento e o conflito social de teor político. Antonio Candido, um sociólogo que se torna um teórico de literatura, estaria mais próximo de nós. O seu livro *Os parceiros do rio Bonito*, até hoje é lido de um lado e do outro, por sociólogos e antropólogos.

Enquanto o pessoal da sociologia e de uma “antropologia do conflito” está trabalhando mais próximo a questões agrárias e seus conflitos, em tempos de todo um renascer dos movimentos sociais rurais, outros antropólogos – eu inclusive – estão trabalhando mais com questões agrícolas e culturais no mundo rural. Não seria um exagero muito grande dizer que de um lado e do outro, enquanto alguns estudam quem luta pela terra e se mobiliza, outros pesquisam quem planta e celebra.

Alguns trabalhos da antropologia de então e de depois conseguem encontrar uma “terceira margem do rio” e trazem para a antropologia um olhar ao mesmo tempo mais equilibrado e mais “realista”. A Lygia Sigaud, o Otávio Alves Velho – que começou pesquisando fronteiras agrárias e terminou com estudos de religião – o Luis Eduardo Soares, são bons exemplos de uma antropologia situada entre a *cultura do cotidiano* e a *cultura do conflito*. Essas são dimensões muito entrelaçadas na verdade. E eu me afiliei muito mais a sociedades e culturas tradicionais, com foco sobre a sua tradicionalidade. Eu que sempre tive uma vida tão móvel, tão inesperadamente mudada de um projeto

para outro, de um lugar de vida para um outro, sempre fui um pesquisador do tradicional, do ancestral, do que permanece... ou apenas parece permanecer. Por isso, algumas pessoas amigas me diziam: “Brandão, você apresenta uma visão de campo muito idílica, quase inocente!”. Dizem até hoje. E não só a respeito de minhas pesquisas...

Você considera isso uma crítica aos seus trabalhos?

De algum modo, sim. De outro modo, não. Junto a algumas pequenas experiências de movimentos, de Igreja, como na Diocese de Goiás, ao através do CEDI, creio que o meu trabalho esteve sempre muito ligado a todo este processamento de formação quadros, de pessoas críticas e participativas, de grupos de ativistas. Mas, como antropólogo, eu trabalho muito mais, digamos assim, com o ritual, o cotidiano, à margem do conflito explícito. São Luiz do Paraitinga e Catuçaba, por exemplo, são comunidades que vão aparecer como lugares muito tradicionais, isolados, à margem de toda uma mobilização camponesa viva em outros lugares. Lá era quase como a região antes estudada por Antonio Candido. Um reduto do passado que Duglas Teixeira Monteiro chamaria de “bolsão caipira” em São Paulo. Nestes estudos, como já disse e redisse, vou estar muito ligado tradições populares. Em meu tempo vejo uma Regina Prado e uma Laís Mourão (que hoje é professora em Brasília), assim como Klaas Woortmann e Ellen Woortmann mais próximos do meu olhar, que, no entanto, em nada é um olhar “inocente” por se debruçar sobre o mais tradicional. Desde os meus primeiros trabalhos, procuro demonstrar como na cotidianidade camponesa mais ancestral e pacífica, assim como em uma “dança de congos” de negros de uma cidadezinha goiana ou mineira, existem raízes, subsistem embriões de resistência cultural que merecem tanta atenção quando as lutas e enfrentamentos de um MST. “No fundo”, como dirá Marcel Mauss no *Ensaio sobre a dádiva*,

“tudo são misturas”. Todas as categorias de sujeitos e de grupos humanos, todas as formas de sociabilidade camponesa ou rural, todos os modos de ser e todos os eventos, entre danças e lutas, estão empapados de sentido e de significado. Tudo interage muito mais do que imaginamos.

Algumas vezes reverti a crítica que vinha sendo feita a mim. Algumas pessoas, ao se dedicarem a uma sociologia do conflito, parecem ver mobilização, luta e enfrentamento por toda a parte. A impressão que se tem é que de um assentamento rural a uma favela todos estão, a todo momentos, intensa e presentemente “mobilizados”. E, no entanto, por debaixo do que se quer ver, há um mais profundo e densamente cotidiano de vida cultural que tende a parecer sem importância, e que, como experiência de vidas traduzidas como formas de cultura, é justamente o que importa.

Você viveu algum tipo de preconceito pela sua opção de abordagens?

Creio que não. E responderia a você desta maneira. Em nosso campo mais próximo, na verdade, o que se tem que ver é o seguinte: do ponto de vista do que temos chamado de *cultura*, há toda uma tradição antecedente que passa pelos velhos antiquaristas europeus e chega a nossos pioneiros folcloristas. Em meus estudos em São Luis do Paraitinga eu fui de Pierre Bourdieu a Alceu Maynard de Araújo, que fez excelentes pesquisas, para o seu tempo, lá no Alto Paraíba. Há um momento posterior, de que me considero participante, já nos anos 60 e, mais, nos 70, em que a antropologia invade o folclore e boa parte dele vira cultura popular. É o tempo de Laís Mourão, de Regina Prado, de Rubem César Fernandes, de Alba Zaluar, de Antonio Augusto Arantes e toda uma série grande e crescente de antropólogos.

Essa gente, e eu no meio, não vai se interessar mais pelo folclore, como os folcloristas. Ela vai colocar primeiro o social

na cultura e, depois, o sujeito criador onde antes havia uma obra que, para ser folclórica, tinha que ser anônima. Finalmente, vai fazer interagirem o tradicional e o moderno, o rural e o urbano, o religioso e o profano, o consenso e o conflito, o símbolo e o significado. Vai quebrar fronteiras, aproximar o antes isolado e repensar modos de pesquisar, de compreender e de teorizar sobre tudo o que é cultura e cultura popular.

Algumas pessoas, como Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti vão reinventar novas interpretações do carnaval. Um ex-orientando meu vai trabalhar o círio de Nazaré. Rubem César Fernandes, as romarias a Bom Jesus de Pirapora. Regina Prado o bumba meu boi do maranhão. Eu, as folias de santos reis e as danças de São Gonçalo. O Antonio Augusto vai pesquisar cordel, o Mauro William Barbosa também. Não há nada entre “o luxo e a boca do lixo” (como um jornal de esquerda escreveu certa feita como manchete, para indicar novos rumos da antropologia no Brasil) que mereça ou deva ficar de fora de nossas perguntas. E, portanto, de nossas pesquisas.

E, do ponto de vista do estudo do mundo rural, lembro que em tempos antecedentes tivemos em um primeiro momento uma vertente que se origina dos pacíficos e bem comportados estudos de comunidade. O próprio essencial estudo de Emilio Willems em Cunha é um bom exemplo.

Lembro que Florestan Fernandes organizou um livro que vai se tornar clássico: *Comunidade e sociedade*¹⁸. Ele envolve um conjunto de textos teóricos escritos por sociólogos, sobretudo, desde a década de 1920. E logo a seguir edita um outro: *Comunidade e sociedade no Brasil*¹⁹. E veja que este segundo livro começa com comunidades indígenas, atravessa as comunidades rurais, e dá a elas um grande espaço e termina com comunidades urbanas. Por exemplo, comunidades de origem italiana, alemã, eu trabalho essa bibliografia com meus alunos.

Sociólogos e, em menor escala, antropólogos, alemães e norte-americanos vêm trabalhar aqui no Brasil, na mesma época

18 FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade*: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

19 FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade no Brasil*: leituras básicas de introdução ao estudo macrossociológico do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

em que estão chegando Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide, que vão se ligar muito, seja à pesquisa junto a grupos indígenas, seja junto a negros, como Roger Bastide. Ao tempo de *Os parceiros do Rio Bonito* surgem importantes estudos de geógrafos sobre nossas comunidades de pescadores e de camponeses. E, antes mesmo dos antropólogos, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Lia Fukui investigam pequenas comunidades dos bairros rurais paulistas. Tenho uma afinidade e um carinho especial pela Maria Isaura, que conheci pessoalmente na USP e no CERU, porque com anos de diferença seguimos caminhos próximos: o folclore de uma Dança de São Gonçalo e o campesinato de comunidades tradicionais.

E de Antônio Cândido, nem falar! Ele faz uma pesquisa pioneira que tenta fugir de toda uma estratificação funcionalista presente nos estudos de comunidade. Estudos que a seu tempo foram de um enorme valor. Eu mesmo fui um leitor atento de vários deles. Antonio Candido rompe com uma monótona estratificação, no entanto presente nos estudos de comunidade. Ao invés de trabalhar a “tradicionalidade camponesa” de um modo tradicional, ele recria questões e reinventa um outro olhar. Ele se coloca questões, como: a reprodução da comunidade camponesa. E a partir de um foco problemático ele trabalha com uma visão “maussiana”, desde um fato social total, na comunidade de Bofete.

Por estes anos começa a surgir uma “moderna” antropologia do mundo rural. É estranho lembrar que de todos os meus professores no mestrado da UNB, nenhum tinha qualquer familiaridade com “o mundo rural”. Todo o contrário do que vim a encontrar na USP com o Martins. Mais do que Duglas e ao lado de Maria Isaura, o Martins vai ser um dos primeiros cientistas sociais com uma efetiva e persistente vocação de mundo rural. Otávio Alves Velho, Ligia Sigaud e o casal Woortmann vão representar a mesma escolha na Antropologia. Devo estar esquecendo algumas pessoas, mas isto é uma entrevista e não um estudo rigoroso.

É interessante lembrar que vários cientistas sociais que se iniciaram no mundo rural, como eu, depois se “urbanizaram” tematicamente. Cito pessoas mais próximas de mim: Alba Zaluar, Luis Eduardo Soares, Ruben César Fernandes, nunca tão “rural” como nós.

A Maria Nazareth Wanderley não é dessa época ou desses grupos?

A Maria Nazareth Wanderley foi minha colega no Doutorado em ciências Sociais, da UNICAMP. Trabalhamos juntos e com Maria Conceição D’Incao e Tereza Salles na implantação da linha de “estudos rurais”. Ela é uma das sociólogas que permanece sempre estudando o mundo rural. Os anos em que trabalhei com esta equipe (eu era o único antropólogo) foram dos mais felizes e fecundos em toda a minha vida de professor e pesquisador universitário. Entre o que começamos na UNICAMP e o que herdaram pessoas que foram, inclusive, alunas nossas, como Emília Pietrafeza de Godoi, minha mestranda em antropologia, muitas inovações surgiram. Acompanhando tendência de outras áreas da vida, da sociedade, da cultura e da pesquisa, os “estudos rurais” se pluralizam, tornaram-se abertos a várias interações, não apenas na UNICAMP. Estabelecem trilhas em comum com outros campos de estudo e trazem para dentro do “rural”, questões que antes saltavam de uma tribo indígena da Amazônia para um bairro de periferia em São Paulo.

As próprias antigas oposições entre urbano e rural são revistas. Fronteiras se abrem, mundos se mesclam. Questões antes distantes agora se aproximam: o agrícola, o agrário e o ambiental, por exemplo. Eu mesmo entro por estas portas abertas e venho a me interessar tardiamente pelo meio ambiente. Trabalho anos com professor e pesquisador de questões rural-ambientais. Entro neste campo também como educador. Escrevo vários pequenos livros.

Nós somos naquele, então novo doutorado, poucas pessoas, uma equipe pequena. Mas logo depois convidam o Roberto Cardoso, que de novo vai entrar na minha vida, para vir para a Unicamp ajudar a criar o Doutorado em Ciências Sociais. Octávio Ianni e outros cientistas sociais de renome vêm também. Aquele irá ser um Doutorado (interativo) em Ciências Sociais. Ao contrário do que acontece na UPS, ele envolve alunos e professores de antropologia, de a sociologia e de ciência política. O que é original nele (ou o que foi) é o fato de que ele se diferenciar não por disciplinas científicas, mas por áreas temáticas: políticas públicas, política e cultura, questão de gênero, questões rurais.

Em seus primeiros e segundos tempos o Doutorado em Ciências Sociais vai ser de fato uma experiência ousada e inovadora. Com ele vai haver um novo impulso e novas interações. Nós recebemos alunos do Brasil inteiro; muita gente do Nordeste, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul. E há um diálogo muito fecundo durante anos. Em nossa área de estudos rurais nos acostumamos a oferecer uma disciplina com múltiplos professores, cada um dando um ou alguns seminários.

Foi ainda com a querida Nazareth e nossa equipe do doutorado que participei de um projeto integrado de pesquisas sobre tradição e mudança na agricultura brasileira. Fui para o Sul de Minas, em Caldas, para estudar a decadência da viti-vinicultura da região. Foi uma pequena pesquisa muito gratificante, inclusive porque através dela acabei me ligando ao mundo rural de Caldas. Acabei adquirindo lá um pedaço de terra entre matas e montes. Lá está até hoje a Rosa dos Ventos, minha “casa de acolhida”. Uma experiência associada ao movimento de economia solidária. Uma casa (ou algumas casas) sem cadeado na porteira e sem tranca na porta, onde cada pessoa pode chegar e ficar, quando quiser. Foi inaugurada no carnaval de 1995. A cada carnaval ritualmente festejamos mais um ano de vida “da Rosa”. Já são dezessete anos.

Bem, depois de muitos anos na UNICAMP (mas, o que são... muitos anos?) eu fui convidado para ir lecionar na USP, como professor de meio tempo. Havia naquele tempo, um então convênio raro entre USP e UNICAMP. De tal modo que um professor poderia cumprir tempo integral em uma e meio tempo na outra. Fui para o Departamento de Sociologia e permaneci lá por três anos, o tempo máximo do convênio. Acho que foi o Martins quem sugeriu o meu nome.

De volta a “apenas UNICAMP”, eu retomo a integração entre cursos na graduação, mestrado e doutorado, e projetos coletivos de pesquisa. Sempre em cenários rurais. E neste tempo fazendo interagirem: o cotidiano camponês, a cultura popular e a dimensão ambiental, nova para mim. É quando aprovo no CNPq um projeto com este nome, que é também título de um poema de Carlos Drummond de Andrade: “Sentimento do mundo”. Este projeto, depois de tanto tempo, me arranca de cenários de São Paulo e Sul de Minas, entre a Serra do Mar e a Mantiqueira, e me devolvem ao cerrado e ao sertão. Aos meus velhos e queridos “sertões de dentro”. Agora em Minas Gerais.

Alguns anos antes, participando de um trabalho de Raul do Valle, um professor da música da UNICAMP, eu participei de uma jornada pelos “sertões roseanos”. Viajamos por vinte e seis dias, Raul, Ivan Vilela, um violeiro e querido amigo, hoje professor de viola caipira na USP, alemão, um fotógrafo, e eu. Foi uma viagem memorável, inesquecível. E dela nada saiu de texto antropológico. Saiu uma cantata cênica, com um trabalho meu de recortes e re-invenções do *Grande Sertão: Veredas*, do João Guimarães Rosa. Aquele livro meu: *Memória sertão*²⁰ é o retrato por escrito de nossa aventura.

E depois chegou o momento de um outro projeto coletivo e francamente interativo. Entre alunos e professores, éramos gente das mais diferentes áreas, a começar por meu colega de coordenação do projeto, Márcio D’Olne Campos, um físico que se autodenominava um “astropólogo”. Foi um projeto de três

20 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória sertão*: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. São Paulo: Cone Sul, 1998.

anos de duração, com apoio da FAPESP e com a participação de cerca de vinte alunos, da graduação ao doutorado. Seu nome: *Homem, Saber e Natureza*, chamado por nós carinhosamente de HOSANA.

A pesquisa do “Pretos de Baixo” em Joanópolis, resulta no *O afeto da terra*. Mas dela resulta muito mais do que um livro pessoal. Resulta a felicidade que é você conviver com uma ampla equipe de trabalho científico. Alunas, alunos, professores todas e todos empenhados não apenas na “minha pesquisa”, mas em participar da construção de algo solidariamente coletivo. Durante três anos nós nos dividimos em duas sub-equipes. Márcio, que nasceu nas montanhas de Petrópolis, coordenava a “Equipe do Litoral”, ocupada em pesquisa de campo ao longo do litoral de São Paulo: ilhas e pequenas comunidades de pescadores. Eu, que nasci na beira do mar, coordenava a “Equipe de Montanha”. Na verdade uma equipe dedicada a comunidades camponesas do interior de São Paulo. Foram fecundos anos de convivência. Pesquisas solo, em duplas, reuniões de estudos. E em um dado momento, como tínhamos verba para isto, inventei a idéia de incorporarmos ao projeto uma “travessia da Mantiqueira”. Uma parte da Equipe de Montanha viajou por oito dias, um pouco em uma Kombi de um guia que contratamos, em Caxambu; um tanto caminhando estradas de montanha e trilhas, entre Itamonte, na entrada do Parque Nacional do Itatiaia e Visconde de Mauá, “do outro lado da Mantiqueira”. Alguns bons trabalhos resultaram desta pequena aventura mochileira. Entre elas a dissertação de mestrado de Roberto Lima, na comunidade de Campo Redondo, nos altos da Mantiqueira.

Logo no começo do HOSANA eu me ausento e vou fazer pós-doutorado. Dois meses em Perugia, na Itália, junto a um Departamento de Antropologia que tem um professor (espero que esteja vivo) Túlio Seppelli, que viveu catorze anos no Brasil. E dez meses na Galícia, em Santiago de Compostela. Pois quando me decidi pelo pós-doutorado, pensei mais em realizar algum

trabalho de campo como “os índios de lá”, ao invés de ficar entre bibliotecas e seminários em Londres ou Paris. Fui para Santiago de Compostela, vinculado à universidade de Santiago. Busquei aldeias camponesas em comunidades próximas a Santiago, e lá, em Brión, e, mais especificamente ainda, nas “aldeas” de Santa Maria de Nos, realizei uma das experiências mais completas e produtivas de trabalho de campo. Voltei de lá com uma quantidade apreciável de material e até hoje trabalho sobre este acervo. Um livro meu, justamente com oeste nome: *Aldeas*, foi publicado em Santiago²¹. E, falando por “meu outro lado”, saiu lá e no Brasil um livro com longos poemas em prosa: *O caminho da estrela - A senda da estrela*, em galego²². Retornei em 1996 à Espanha, agora com uma bolsa de “pesquisador sabático”, do CNPq de lá. Até hoje tenho uma relação de amizade com o povo de lá.

Então eu aposento em 1997. Pensei, quando estava na segunda estada na Espanha, em me aposentar de vez do “mundo acadêmico”, e ir trabalhar em alguma ONG ambientalista ou ligada ao mundo rural. Nada disto aconteceu. Estou até hoje às voltas com a universidade. E fui trabalhar durante uns cinco anos, na *Universidade de Uberaba*. E aquele foi o único tempo em que eu trabalhei por um tempo maior em uma universidade particular.

Algumas vezes na vida a gente volta ao lugar de origem. Aconteceu que fui convidado para trabalhar no *Programa de Pós Graduação em Educação*, da *Faculdade de Educação* da *Universidade Federal de Goiás*. Veja como o mundo é redondo. Lá quem está coordenando o *Mestrado em Educação* é um ex-mestrando e doutorando meu, Jadir de Moraes Pessoa. E ele funda na faculdade o *Núcleo de Estudos Rurais*. Aceito de imediato o convite, embora vá “ganhar” menos da terça parte do que me pagavam na *Universidade de Uberaba*. Nunca me arrependi. Fico vinculado ao *Mestrado em Educação* e ao *NER*. E de novo os meus dois mundo se re-encontram, pois trabalhando com a educação,

21 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Santiago de Compostela, Toxosoltos Editorial, 1998.

22 BRANDÃO, Carlos Rodrigues, Goiânia, Editora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010. Santiago de Compostela, Toxosolts Editorial, 2010.

em me re-envolvo com o mundo rural goiano. Trabalhando, basicamente, de novo, com esse mundo rural. Por incentivo desse Jadir, a *Faculdade de Educação* da UFG desenvolve pesquisas no mundo rural. Quase ao final de meu contrato de dois anos como professor visitante da UFG, retorno à USP. Fui convidado para trabalhar no Departamento de Ciências Florestais da ESALQ, em Piracicaba. Muitos anos depois de haver sonhado ser um “engenheiro florestal”. Eis-me em um pleno “departamento de florestas”. Trabalho com Marcos Sorrentino no *Laboratório de Políticas e Educação Ambiental*. Na UNICAMP eu mantinha um vínculo como pesquisador associado no *NEPAM – NÚCLEO DE PESQUISAS AMBIENTAIS*. Mais tarde fui inclusive professor do quadro do *Doutorado em Ambiente e Sociedade*. Duas instituições próximas que me devolvem ao mundo rural uma vez mais, só que agora pela porta da “questão ambiental”.

Reunimos uma equipe com pessoas de várias universidades. Formamos um grupo de estudos e ele deságua em um mega-projeto. Ele pretendeu ser a face social e pedagógica de um imenso projeto financiado pela *FAPESP: Biota - Biodiversidade do Estado de São Paulo*. Nosso grupo envolvia pessoas de seis universidades paulistas. Ele não foi aprovado pela FAPESP, pois o Biota era então plenamente dominado por biólogos. Até hoje eu guardo uma cópia de nosso projeto comigo. Foi um ano e meio de trabalhos coletivos. Pronto, o projeto totalizava cerca de 140 páginas. Neste meio tempo Marcos Sorrentino é chamado por Marina Silva para ir trabalhar em Brasília no Ministério do Meio Ambiente. Acaba meu vínculo com a ESALQ/USP e de novo o inesperado acontece.

Eu havia ido a um encontro de educação em Pirapora. E já então pensava – uma vez mais em abandonar a vida universitária – quando surge, por acaso, em uma conversa de almoço de festa, a idéia de eu me vincular ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia e formar pessoas, como pesquisadoras do “mundo do sertão”. Aceito de

imediate e meus planos de uma vida calma e acolhedora de pessoas e livros no Sul de Minas, lá na Rosa dos Ventos, mais uma vez são adiados. Poucos meses depois estou dando aulas e, mais tarde, orientando mestrandas e doutorandas em Uberlândia. Toda uma gente do Norte de Minas e com projetos de pesquisa entre o São Francisco e o “sertão roseano”. Esta foi e segue sendo, como se verá adiante, uma das experiências mais gratificantes de minha vida de professor. Bem, acho que repito isto a cada vez que mudo. Mas o fato é que minha vida como professor e pesquisador sempre foi vivida de uma maneira muito intensa, muito partilhada e, através de coletivos que me fazem lembrar de vez em quando os tempos de JUC e de MEB, uma vida muito feliz.

Como agora professor “na Geografia”, dou cursos em “territórios de fronteira” entre a antropologia e outros campos do saber. Aprendo muito entre geógrafos e de vez em quando me sinto como se estivesse de novo começando. A gente que oriento *UFU* me trás palavras como: territórios, espaço, paisagem, cenário, e de novo o rural e o ambiental de antes se reinventam em minha cabeça e em minha vida. Na geografia a porta de entrada volta a ser o rural, a cultura da comunidade tradicional, a luta pela terra, a questão agrária, o território. Estas questões são substantivas e o meio ambiente é adjetivo. Justo o oposto do que acontecia no *NEPAM* e na *ESALQ*.

Em dois anos conclui-se o meu tempo como professor visitante da *UFU* e surge logo após um convite para o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Aceito uma outra “aventura acadêmica” e agora não apenas leciono temas e oriento pessoas “do sertão”, mas estou “lá”. Ou seja, “aqui” em Montes Claros.

Pela *UFU* realizamos um projeto coletivo, que recebeu entre nós este nome: *Tempos e Espaços*. Ele me devolveu, bem mais que os anteriores, a pesquisas rurais e “no sertão”. Depois, já na *UNIMONTES*, eu coordenei um projeto ainda maior, a respeito

de comunidades rurais do Norte de Minas. “Opará” é o suposto nome indígena do rio São Francisco, e foi este o nome “entre nós” dado ao projeto. Trabalhamos dois anos nele, uma equipe de mais de vinte pessoas. Estamos agora editando como um livro o seu resultado coletivo. Mais adiante poderemos falar mais sobre estes trabalhos rurais e francamente “sertanejos”.

Nas suas obras sobre o campesinato e aquelas que relacionam temas do rural com educação, quais autores internacionais ou brasileiros que mais o influenciaram e serviram como inspiração e referência?

De um lado, eu deveria colocar aqueles primeiros pensadores, cientistas, filósofos, teólogos, como Pierre Teilhard de Chardin, Emanuel Mounier, Luis Lavelle, e tantos outros. Eles todos tiveram uma poderosa influência sobre mim em termos de primeira formação, como eu já disse muito antes. Naquele tempo, minha formação era muito cristã e humanista, vou ficar num viés sempre mais próximo desses autores e pensamentos de Igreja. Isso por um lado. Pelo lado da antropologia, aí, quando eu já estou no mestrado, conheço uma outra bibliografia. E entre um tempo e outro há uma diferença de tempo entre os anos 1961 e 1972. São mais de dez anos.

Embora eu tenha dito a que lá na UnB não tinha nenhum antropólogo interessado em mundo rural, pois todos os professores trabalhavam, em maioria, com etnografia indígena, houve durante o meu curso a oferta de um curso de Antropologia do Campesinato. Então, foi quando, migrando da psicologia para a antropologia, e já ancorado em Goiás, eu comecei a ler alguns antropólogos e outros cientistas sociais dedicados (pelo menos por algum tempo) a questões rurais. Eram norte-americanos em maioria. E, por afinidade, minhas primeiras leituras foi de etnografias de comunidades camponesas da região do México onde eu vivi. A Meseta Tarasca. Houve um tempo em que vários

antropólogos americanos se interessaram por aquela região do México, e pelos índios purépechas.

Li: Foster, Eric Wolf e outros tantos. Divido-me entre as duas tendências de que falo acima. E o próprio Wolf é bem um claro modelo disto. De um lado escritos sobre movimentos, lutas, revoluções camponesas e rurais. De outro, os primeiros trabalhos sobre comunidades camponesas em sua cotidianidade. Leio os antropólogos costumeiros em um programa de mestrado, de Morgan a Levi-Strauss. E leio depois algo do complicado, Chayanov, que todos nós líamos.

O Chayanov vocês liam em espanhol?

Não, em inglês. A bibliografia da UNB daquele tempo era quase toda em inglês. Em termos de campesinato eu li algo do que chamaria uma corrente francesa. Henri Mendras e outros. Mas é curioso que entre os franceses – foram os meus autores de base, em tempos de ação Católica – os mais marcantes são sociólogos, como Bourdieu, ou etnógrafos, como Levi-Strauss, Pierre Clastres, Philippe Déscola, e outros. Tenho até hoje inúmeros cadernos de anotações à mão (velhos tempos) de leituras intensas e cruzadas de todos estes e outros cientistas sociais. Eles e os brasileiros, que começo a ler dividido entre os estudos de etnicidade, de identidade (a começar pelo próprio Roberto Cardoso de Oliveira), de cultura e culturas populares e, enfim, de mundo rural e campesinato.

Três “centros de antropologia”, antes e durante a UNICAMP, vão estar próximos de mim e vão ser bases alternativas de meus estudos rurais: a UnB, a USP e o Museu Nacional, que desenvolvia então um amplo programa de estudos rurais no Nordeste. E tudo pelas duas vertentes de que falei antes. Por um lado, o que eu chamo, em rascunho, de uma *sociologia do conflito rural*, desde uma história mais antiga, rastreando o Brasil das revoltas camponesas, vinculadas inclusive com

religião: a Revolta dos Muckers, no Rio Grande do Sul; Santa Dica, em Goiás; Pau de Colher; Contestado, no Sul; Canudos, na Bahia. Duglas Teixeira Monteiro defende sua tese de doutorado pouco antes de ser meu orientador: *Os errantes do novo século*.

Através do CEDI e da igreja das comunidades eclesiais de base, do CIMI, da CPT, estou de algum modo ligado ao que chamo de neo-movimentos camponeses, que na ocasião vão dar origem que vão aparecer com brotos fortes no Centro-Oeste, no Nordeste, depois o nascimento do próprio MST.

Por outro lado, a vertente de cotidianidade do mundo rural, na linha de uma *antropologia do contexto camponês*. Acho que já falei sobre isto. A teoria antropológica de minha formação é a de tanta gente, e é bem conhecida. Desde o mestrado a gente lia muito, Boas, Foster, Malinowski. Mauss e tantos outros. E também muita leitura sobre história da antropologia e, de modo especial, ao redor do parentesco. De Radcliffe-Brown lemos vários textos. E mais Edmund Leach, Victor Turner (importante para mim) E os nossos teóricos brasileiros, como o Roberto Cardoso, o Roberto DaMatta, e outros de duas ou três gerações seqüentes. Nunca lemos foi o Darcy Ribeiro. Já o Klaas Woortmann exerce uma influência muito grande, como amigo e como autor. Eu trabalho muito o trabalho do Klaas, mas eu vim a conhecê-lo pessoalmente mais tarde, por causa daquele projeto sobre práticas e ideologias alimentares no Brasil.

Brandão, você considera o livro de Antonio Candido, Os parceiros do rio Bonito, uma obra de fundação e formação da sociologia rural brasileira e do estudo do campesinato brasileiro?

No bojo do que se fazia então, em termos dos estudos do mundo rural, ele, em *Os parceiros do rio Bonito* realiza uma expressiva atualização, não só teórica como até em termos de foco de pesquisa. É preciso levar em conta que Antonio Candido está escrevendo sobre o mundo rural de fato. Ele abre portas ao

modelo como o mundo vai ser estudado depois, quando uma antropologia do campesinato e uma sociologia da questão rural vão surgir e crescer entre nós. Ele trabalha o mundo rural ao tempo em que a pequena comunidade é descoberta por vários pesquisadores que vêm de fora, alemães e americanos na maioria: Emilio Willems, Donald Pierson e outros que vão, inclusive, formar pesquisadores brasileiros. Donald Pierson fez um longuíssimo trabalho de três volumes sobre o homem do rio São Francisco, na região da foz.

Então, o que o Candido faz é um trabalho renovador pela perspectiva que ele assume, pela revisão teórica que ele inventa, inclusive por quebrar aquela rotina que havia nos estudos de comunidade, que eram muito estáticos e muito parecidos uns com os outros e por fazer uma focalização em torno da questão central do mundo caipira, que é a produção dos mínimos vitais e tudo que cerca e delimita essa questão. Ele é reconhecido por pessoas que depois vieram fazer pesquisa no mundo rural, como Maria Isaura Pereira de Queiroz e José de Souza Martins, como uma espécie de pai fundador.

Mas desde que compreendido neste contexto, devo lembrar que Antônio Cândido não é uma figura isolada que surge, rompe e abre portas e janelas. Já havia um campo de trabalho muito aberto e promissora mente renovador. Mas ele consegue estudar, no que vai associar: o mundo rural, as práticas de trabalho, os tipos de vida e assim por diante.

Como foi seu contato com Antonio Candido? Você é inspirado por ele?

Estive com ele em poucas e esporádicas ocasiões. A mais marcante foi lá na USP. Há anos houve uma semana inteira de homenagem aos 80 anos de Antonio Candido. E ele, humilde como sempre, proibiu que o encontro fosse sobre a obra dele. Eu mesmo estava escrevendo um texto sobre *Os parceiros do rio*

Bonito para uma mesa redonda. Então recebi um recado dizendo que os trabalhos a serem apresentados não deveriam ser sobre a obra dele. Deveriam ser focos para um debate sobre as questões que ele discutiu em suas obras. Então eu parei o meu artigo (para sempre), e comecei a elaborar um outro, a partir de meu tempo breve e fecundo de entrevistas com o Manuelzão²³.

23 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Sobre como se diz o outro”. In: AGUIAR, Flávio (Org.). *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Humanitas, FFLCH/USP, 1999, p. 240-260.

ANDRÉ SOUZA MARTINELLO – Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR) pela Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, historiador pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e licenciado em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Mestrando em História – UFSC, andresoumar@gmail.com